



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Educação

Leilane Santos Jorge

Educação Escolar Quilombola: Um olhar sobre a Educação de Jovens e  
Adultos na Comunidade Quilombola de Gavião

Salvador

2022

Leilane Santos Jorge

Educação Escolar Quilombola: Um olhar sobre a Educação de  
Jovens e Adultos na Comunidade Quilombola de Gavião

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Educação da Universidade Federal  
da Bahia – UFBA, como requisito  
para concessão do grau de  
graduação em Licenciatura em  
Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra  
Marinho Siqueira

Salvador

2022

Leilane Santos Jorge

Educação Escolar Quilombola: Um olhar sobre a Educação de Jovens e  
Adultos na Comunidade Quilombola de Gavião

Aprovado em: 05 de julho de 2022

**BANCA AVALIADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Marinho Siqueira - Orientadora**  
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Professora da Universidade Federal da Bahia-UFBA

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilvanice Barbosa da Silva Musial - Membro Examinadora**  
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)  
Professora da Universidade Federal da Bahia-UFBA

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rejane de Oliveira Alves - Membro Examinadora**  
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UNB)  
Professora da Universidade Federal da Bahia-UFBA

Salvador-BA  
2022

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois foi quem me concedeu vivenciar tudo isso e a minha família.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida e por estar me permitindo realizar esse sonho.

A caminhada não foi fácil, por muitos momentos cogitei desistir, mas os planos de Deus para a minha vida foram e são maiores que os meus e isso me deu força para continuar e chegar até aqui.

Meu irmão foi o primeiro a se formar e desde então eu tenho ele como inspiração, se ele conseguiu eu também consigo. Sei que meus pais estão orgulhosos de mim, pois mesmo não tendo estudado muito conseguiram formar seus filhos em Universidades Federais, apoiando e ajudando como podiam.

Muito obrigada a pai e a mãe por me apoiarem nessa caminhada longa e difícil, hoje eu posso dizer que venci.

Muito obrigada a Jailson por me apoiar e sempre afirmar para mim que eu era e sou capaz de ir longe.

Obrigada a minha prima Mirian que me ajudou bastante na construção desse trabalho, mesmo que de forma indireta.

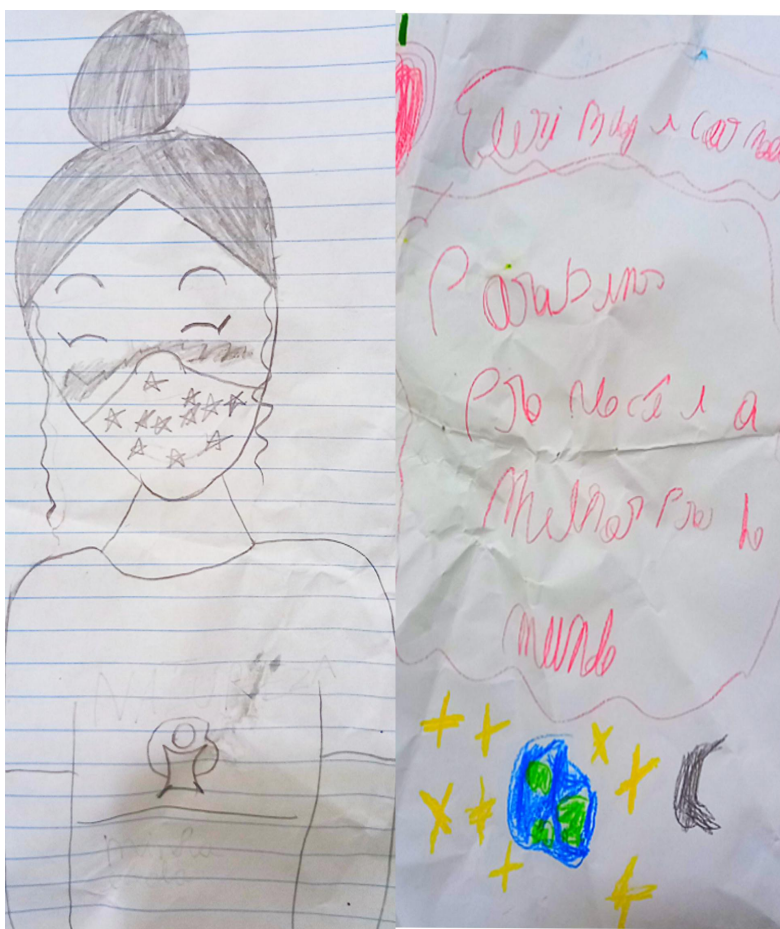
Obrigada a vocês meninas, Ana Carolina, Lavínia, Evelyn, Ingrid, Natália por acreditarem em mim e por ouvirem os meus desabafos, que não foram poucos.

Bruno, obrigada por cada incentivo e apoio, você foi e é uma das melhores pessoas que a UFBA pôde me presentear. Muito obrigada pela nossa amizade.

Agradecer mais uma vez a Ingrid, por acreditar e torcer pelo meu sucesso e sempre me dizer que um dia eu irei conseguir escrever meu livro de poesia, obrigada por sempre ouvir as minhas poesias em primeira mão, enfim, obrigada por tudo.

Não poderia deixar de agradecer ao meu tio Hilário que esteve junto comigo nessa trajetória, me ajudando como podia e sempre disposto a oferecer sua ajuda.

Obrigada Professora Sandra pelo apoio e pela orientação, ambas foram essenciais para a realização desse trabalho.



**Um guerreiro sem espada  
sem faca, foice ou facão  
armado só de amor  
segurando um giz na mão  
o livro é seu escudo  
que lhe protege de tudo  
que possa lhe causar dor  
por isso eu tenho dito  
Tenho fé e acredito  
na força do professor.**

Braúlio Bessa (2018)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACRQGA - Associação Comunitária Rural Quilombola de Gavião e Adjacências

AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos

EF1 - Ensino Fundamental I

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FCP - Fundação Cultural Palmares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC - Ministério da Educação

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial

TOPA - Todos Pela Alfabetização

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escolas em área remanescente de quilombo.....	31
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Profissão das entrevistadas.....	68
Gráfico 2 - Escolaridade das entrevistadas.....	70
Gráfico 3 - Programas educacionais (TOPA).....	75



## **Lista de tabelas**

<b>Tabela 1-</b> Políticas públicas na Comunidade Quilombola de Gavião.....	61
---	----

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais motivos que têm impedido a alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental I dos moradores mais velhos da Comunidade Quilombola de Gavião, localizada na cidade de Antônio Cardoso- Ba. A supracitada comunidade vem apresentando um número preocupante de analfabetismo e não conclusão da referida etapa escolar e isto tem provocado um déficit educacional muito grande dentro da comunidade quando diz respeito ao público da EJA, uma vez que, a escola localizada dentro da comunidade não oferece turmas para os moradores. A abordagem metodológica adotada na pesquisa referenciou-se na revisão bibliográfica de natureza qualitativa contando com uma base empírica. Para tanto foi utilizado como procedimento para coleta de dados, instrumento entrevista, com objetivo de capturar as narrativas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, transcrição de áudios dos participantes e pertencentes a segmentos da AJA e EJA do ensino fundamental I. A presente pesquisa exhibe como objetivo geral - Analisar criticamente o que tem provocado o alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I pela geração mais velha na Comunidade Quilombola de Gavião. Com a finalidade de alcançar o objetivo geral tornou-se necessário seguir alguns fins específicos - Averiguar as principais causas do analfabetismo e não conclusão do EF I na Comunidade Quilombola de Gavião. Mapear a faixa etária mais atingida pela não abertura de turmas para EJA na comunidade supracitada. Analisar a historicidade da comunidade. Para subsidiar o trabalho, o mesmo teve como principais autores, Paulo Freire (1989), Marta Oliveira (1999), Maria Lopes (2018) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), Georgina Nunes (2019). A pesquisa se organiza em três capítulos a saber: contando com os elementos pré- textuais e pós textuais. O trabalho reuniu elementos desde a formação da Comunidade Quilombola de Gavião, as contribuições de Zumbi dos Palmares, a luta dos quilombolas pelo acesso à educação e o acesso e formação desses sujeitos na Educação de Jovens e Adultos. O mesmo também trouxe dados referentes às políticas públicas existentes na referida comunidade e se as mesmas estão de fato sendo efetivadas. Ademais, como os governantes enxergam a educação escolar quilombola e como tem contribuído com esta modalidade de ensino. O trabalho realizado revelou que as principais causas do alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I pela geração mais velha da Comunidade Quilombola de Gavião está na ausência de turmas na escola da comunidade, o impedimento que as mulheres tiveram na infância para terem acesso a educação, ausência de uma proposta educacional onde as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola estivesse como base, ausência de escola na comunidade, pobreza.

**Palavras-chave:** Quilombo; EJA; Educação Escolar Quilombola; Comunidade Quilombola de Gavião

## Sumário

1. Introdução	12
1.1 História e experiência dentro da comunidade: implicação com a pesquisa	15
2. História dos quilombos no Brasil	22
2.1 Zumbi dos Palmares e a sua contribuição no processo formativo das comunidades quilombolas no Brasil	24
2.2 Quilombolas e a luta pela educação	26
2.3 Formação histórica da Comunidade Quilombola de Gavião	32
2.4 A EJA na Educação Escolar Quilombola	37
2.5 Alfabetização e letramento na perspectiva de Paulo Freire	42
2.5.1 A alfabetização como ato político: as contribuições de Paulo Freire	46
2.6 A EJA na Comunidade Quilombola de Gavião	50
2.7 Visão política na Educação Escolar Quilombola	52
2.7.1 Formação de professores na educação escolar quilombola	55
2.7.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas	57
2.7.3 Existência de algumas políticas públicas na Comunidade Quilombola de Gavião	60
3. Metodologia	62
3.1 Escolaridade das participantes da pesquisa	64
3.1.1 Critérios para escolha do problema	64
3.1.2 Participantes da pesquisa	65
3.1.2.3 Instrumentos de coleta de dados	66
3.2 Apresentação e análise dos dados	66
3.2.1 Resultados finais	78
4. Considerações finais	78
Referências bibliográficas	81

## 1. Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo Analisar criticamente o que tem provocado o alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I da geração mais velha da Comunidade Quilombola de Gavião, pessoas essas que tiveram o seu direito à educação vilipendiado, negado historicamente.

A comunidade não possui uma escola que contemple a todos, logo, grande parte dos moradores não têm acesso ao referido direito. Pouquíssimas vezes os mais velhos da comunidade tiveram a oportunidade de estudar, são herdeiros de uma época em que não havia escola para todos, porém esta realidade não foi alterada em relação a Comunidade Quilombola de Gavião. Quando a comunidade foi contemplada pelo programa nomeado na Bahia de TOPA (Todos pela Alfabetização) algumas pessoas conseguiram ir à escola, mas era um programa com muitos limites, lacunas, alfabetizadores despreparados para assumir tamanha tarefa e não havia acompanhamento por parte da secretaria de educação. Após o fim do programa, os moradores regrediram a condição inicial, e voltaram a viver a mesma situação de não acesso ao direito à educação formal.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na educação básica (2012)

A educação escolar quilombola se orienta a partir de ações político pedagógicas, através dos direitos que os quilombolas possuem, perpassando pelo direito à liberdade, educação pública, respeito, até a valorização da diversidade étnico racial.

Todavia, está visivelmente evidente que a Comunidade Quilombola de Gavião vem sendo tristemente prejudicada, quando a mesma não está inclusa dentro dos parâmetros educacionais que rege as diretrizes educacionais.

A referida pesquisa expõe em sua estrutura metodológica uma abordagem qualitativa, referendada na revisão bibliográfica, articulada com uma base empírica. Convém destacar que essa articulação considera a existência de uma relação significativa do mundo com o sujeito da pesquisa, podendo assim obter uma visão mais ampla e humanista do objeto analisado, sendo capaz de compreender o

comportamento e estudar as diversas particularidades e experiências únicas do referido público-alvo.

A mesma foi dividida em três capítulos, o primeiro discute de forma geral a história dos quilombos, dialogando de forma resumida como tudo começou, e para que haja um maior entendimento desse processo histórico, o trabalho traz uma breve história de Zumbi dos Palmares e a sua contribuição na formação das comunidades quilombolas no Brasil.

Foi necessário contar a história da Comunidade Quilombola de Gavião, uma vez que, a pesquisa foi realizada na mesma, nela consta a sua suposta idade e o principal responsável pela sua formação. Em seguida é apresentada a luta dos quilombolas pela educação, visto que, durante décadas, esse público ficou afastado da escola por não terem seus direitos assegurados legalmente.

O segundo capítulo versa sobre a modalidade de ensino da educação básica EJA dentro da Educação Escolar Quilombola, algo que é pouco discutido e trabalhado, bem como o processo de alfabetização e letramento na referida modalidade, pois, a EJA por ser na maioria das vezes composta por adultos e idosos acaba sendo focada apenas na instrumentalização da escrita e leitura, ensinada de forma mecânica, sem nenhum significado.

A EJA na comunidade pesquisada, em razão de não existir turmas para tal na comunidade, esse público tem mais uma vez o direito à educação interrompido. A visão política na Educação Escolar Quilombola é um tópico discutido no referido trabalho, dado que a educação escolar quilombola só foi implementada enquanto modalidade da educação básica a partir das lutas dos movimentos sociais, especificamente o movimento quilombola.

A formação de professores na referida modalidade é um ponto de extrema importância para ser discutido, pois grande parte dos professores atuantes nas escolas dos quilombos não possuem formação continuada, o que tem provocado um grande déficit na educação dos estudantes quilombolas.

É importante salientar que existem uma vastidão de políticas públicas para as comunidades quilombolas, mas muitas passam despercebidas e não são de fato efetivadas. Foi necessário frisar sobre a existência dessas políticas na comunidade em destaque e se estas estão sendo desempenhadas. Por último, o terceiro capítulo

apresenta a parte empírica da pesquisa, a metodologia, análise e resultado dos dados coletados.

O trabalho realizado revelou que as principais causas do alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I pela geração mais velha da Comunidade Quilombola de Gavião são a ausência de turmas na escola da comunidade, o impedimento que as mulheres tiveram na infância, por diferentes motivos, ausência de uma proposta de educação que estivesse pautada nas Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, ausência de escola na comunidade, além do nível de pobreza.

A mesma possui uma natureza empírica, com a finalidade de ir a campo realizar pesquisas a respeito do tema proposto, com o intuito de descobrir o que tem provocado e continua provocando o alto índice de analfabetismo e não conclusão do EF I pela geração mais velha dentro da referida comunidade.

A pesquisa será realizada através de entrevistas semi-estruturadas, dando espaço para o entrevistado trazer outras questões de forma livre e espontânea a respeito da comunidade, bem como suas experiências dentro dela.

A pesquisa estabelece como objetivo geral: analisar criticamente o que tem provocado o alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I pela geração mais velha na Comunidade Quilombola de Gavião.

Todavia, para que este objetivo fosse alcançado, foi necessário seguir alguns critérios específicos: Investigar as principais causas do analfabetismo e não conclusão do EF I na Comunidade Quilombola de Gavião. Mapear a faixa etária mais atingida pela não abertura de turmas para EJA na comunidade. Analisar a historicidade da comunidade, bem como uma pergunta que caminhasse em conjunto com os objetivos: As causas do analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental I na geração mais velha da Comunidade Quilombola de Gavião pode estar relacionada com a ausência de turmas para esse público?

Para responder a seguinte pergunta será necessário uma análise ampliada, partindo do princípio, desde a formação histórica da comunidade e o que levou a um elevado índice de afastamentos temporários e ausência de inserção escolar.

Para sistematizar e entender o que me levou a realizar tal pesquisa, no próximo tópico apresentaremos a minha implicação com a pesquisa, onde, detalhadamente consta parte da minha história e experiência dentro da comunidade.

### **1.1 História e experiência dentro da comunidade: implicação com a pesquisa**

Para quem não me conhece, me chamo Leilane Santos Jorge, residente de uma comunidade quilombola, que fica localizada na cidade Antônio Cardoso interior da Bahia, graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia, tenho um irmão mais velho, licenciado em Matemática e meus pais, minha mãe sendo dona de casa e meu pai trabalhador autônomo. Venho por meio deste breve relato apresentar parte da minha história e experiência enquanto moradora da mesma e implicação com a pesquisa em foco.

Desde a mais tenra idade, desconhecia o porquê da comunidade ter ganhado/recebido esse nome (Gavião) e também não tinha interesse em pesquisar ou ao menos me explicar, talvez nem a própria comunidade tenha respostas para isso. Tinha muita vergonha de dizer que era quilombola, para mim isso era algo ruim e que não deveria ser dito para ninguém, já que esse título me remetia a escravidão, sofrimento, tristeza. Muitas pessoas faziam piadas com esse termo - QUILOMBO - chamavam de “carambola”, era motivo de piada, de negação e resistência em não aceitar esse título entre nós mesmos.

Eu só pude começar a estudar com 7 anos, pois a secretaria de educação do município não aceitava crianças com idade inferior. Não passei pela Educação Infantil, pois a escola da comunidade não ofertava turmas para a referida etapa da educação básica, os motivos eram vários, porém desconhecidos, tanto para a minha família, quanto para a comunidade. Pular essa fase foi algo que fez uma falta tremenda na minha vida, uma vez que a Educação Infantil é a etapa mais importante para a vida da criança, pois é onde elas iniciam a sua existência fora do convívio familiar, e aprende a lidar com as diferenças.

Quando iniciei na antiga primeira série do Ensino Fundamental I, já possuía o domínio da leitura e da escrita, de maneira que era possível entender e compreender

criticamente o que era posto, e isso foi algo totalmente benéfico para mim, já que além de fazer as atividades com facilidade, conseguia ajudar os colegas.

Recordo-me da professora me proibir de ajudar os colegas, já que para ela isso atrapalharia a evolução dos que ainda não sabiam e estavam em processo. Me sentia triste com isso, mas não podia fazer nada, apenas obedecê-la, afinal, eu era uma criança e estava ali para aprender também.

Concluí o Ensino Fundamental I e prossegui para uma nova fase, cheia de expectativas, mas já ciente dos desafios e aprendizados que teria. Por muito tempo nessa nova escola não ouvia falar da comunidade, de quilombos em geral e muito menos do processo que a comunidade estava passando para receber o título de quilombo, na verdade, a escola nunca tocou no assunto, era algo isolado e muitas vezes se tornava motivo de piadas para os outros discentes, já que a maioria se sentia ofendida em dizer que era descendente de escravo.

Ao chegar no Ensino Médio já ouvia rumores sobre comunidades quilombolas do município, e só a partir do segundo ano do EM pude ter contato de fato com essa realidade em que eu estava inserida mas nunca me foi apresentado. Através de projetos que a escola onde estudava estava envolvida pude conhecer um pouco mais da história e realidade da comunidade e de todos os envolvidos, tanto na construção como no processo de reconhecimento da mesma. Pude pesquisar sobre casas antigas da comunidade, além de fazendas que existiam o trabalho escravo. Além desse projeto, eu consegui desenvolver outro trabalho voltado para o uso de plantas medicinais na comunidade, e a riqueza de conhecimentos que aquelas pessoas tinham sobre esse assunto era impressionante, para cada planta eles tinham uma explicação de como deveria ser usada e para quê poderia ser usada. Essas pessoas não precisaram estar na escola para terem conhecimento sobre, é algo cultural/cotidiano, passado de geração para geração.

Algo que deveria ser trabalhado desde o primeiro contato com a escola, uma vez que as escolas que recebem estudantes oriundos de comunidades quilombolas precisam lidar com as questões étnicas dentro da sala de aula, de forma a inserir esse discente no contexto da realidade do mesmo, bem como, contribuir com o seu processo de construção identitária.



Recordo com muita nitidez o quanto a comunidade sofria com a escassez de água encanada, e até pouco tempo com a falta de energia elétrica, além de uma educação de qualidade, referenciada socialmente nos interesses e necessidades da mesma. que estivesse/esteja dentro dos parâmetros da educação escolar quilombola. Nasci em um ano em que não havia nenhum desses serviços, apenas uma educação fragilizada, vivíamos com luz de candeeiro e água de riacho, éramos felizes, mas não tínhamos consciência do quanto isso fazia falta nas nossas vidas e dos nossos direitos que estavam sendo roubados/negados. Após o meu nascimento, ainda no mesmo ano (1998) chegou água encanada na comunidade, foi uma vitória, mas continuávamos sem energia elétrica. Entre os anos de 2007/2008 com o projeto Luz Para Todos, do governo Lula, pudemos usufruir deste serviço. Mais uma vez a comunidade pôde comemorar outro grande avanço. Mesmo com alguns ganhos/avanços, a comunidade sofria com a escassez de outros serviços, como iluminação pública, carro do lixo, internet, lazer, segurança, e alguns destes ainda permeiam atualmente.

Desde criança sempre ouvi falar de um homem chamado Juvêncio Pedro e como ele havia contribuído com a comunidade, que até então era conhecida como Fazenda Gavião, mas ninguém nunca contou quem de fato era esse homem e o que ele havia feito de tão benéfico para a mesma, ninguém sabia explicar, na verdade, sabiam o básico, que ele foi um grande comerciante, possuía uma grande quantidade de terra, dentre outros bens, mas também ninguém sabia como ele havia conquistado tudo aquilo, e continuava a me perguntar, quem é Juvêncio Pedro? Juvencio Pedro, um grande nome para a Comunidade Quilombola de Gavião, fundador da mesma, ex escravo e que trouxe em sua bagagem um legado muito grande de história, força e coragem, meu tetravô, deixando todo o seu legado para que a comunidade e os seus o vissem como referência no futuro, nunca estudou e mesmo assim conseguiu conquistar uma legião de coisas.

Não obtive essa informação na escola, na verdade, nem a própria comunidade conhece essa versão, apenas algumas pessoas mais velhas, mas que infelizmente já não se recordam com tanta clareza, e não deixa de ser algo que me entristece. há alguns anos eu pude contar com a ajuda de alguém muito querida por mim e pela

comunidade e que tem lutado bravamente para com o fortalecimento identitário da mesma.

A ausência da minha história e de me sentir representada historicamente contribuiu com a não aceitação da minha cor de pele, do meu cabelo, dos meus traços, parte da minha infância eu desejava ser branca, ter cabelo liso e olhos claros, não me via ser representada na escola, nas histórias infantis, nos desenhos, em nada, me espelhava nas princesas da Disney, algo literalmente fora da minha realidade. Recordo-me de ser chamada pela minha professora do EF I de “cambalacheira de Salvador” por estar usando o cabelo rastafári, me senti mal e ofendida, virei motivo de piada pelos colegas da escola e assim que cheguei em casa eu pedi a minha mãe para desmanchar aquele penteado. Não deveria me sentir ofendida, mas eu era uma criança, tinha 7 anos e não sabia nada a respeito dos penteados afros e a história por trás deles.

Depois desse episódio, comecei a ter contato com histórias infantis sobre meninas negras, e a primeira que eu me interessei foi “Menina bonita do laço de fita” da autora Ana Maria Machado, fiquei encantada com a narrativa, lia várias e várias vezes e todas as vezes me arrancava grandes risadas. Após, comecei a ter mais contato com histórias infantis com crianças negras e me identificar com o que eu via. Cresci e decidi finalmente aceitar meu cabelo como ele realmente é, passei pelo processo de transição e assumir o natural, virei alvo de críticas e piadas por pessoas da comunidade, não me abalou e continuei firme com a decisão, em nenhum momento me arrependi, e a melhor parte de tudo isso, pude contar com o apoio da minha família, que nunca soltou a minha mão. Passado alguns anos, muitas meninas da comunidade “assumiram” o cabelo natural, mas para elas não era por aceitação e sim por modismo.

As pessoas sempre me questionavam “Por que cortou teu cabelo?” “era mais bonito antes”, isso está relacionado com a falta de conhecimento e pela ausência desse assunto nas salas de aula. A história do povo africano é contada de forma enfeitada para as crianças, trazendo Pedro Álvares Cabral como um herói para a população brasileira, mediante a essa situação, tudo isso se torna uma forma de camuflar a história do povo preto e toda contribuição que os mesmos trouxeram consigo para cá, desde os penteados, danças e ritmos, a culinária, além dos jogos

educativos que é algo pouco explorado pelas escolas. Logo, torna-se algo “normal” algumas pessoas se posicionarem contra a aceitação do seu cabelo, cor de pele, dentre outros vários aspectos. Cresci sem saber o verdadeiro significado da palavra quilombo, sem saber direito quem foi Zumbi dos Palmares e como surgiram os primeiros quilombos.

Eu nunca soube o que gostaria de “ser” quando crescesse, no máximo eu sonhava em me formar no Ensino Médio, meus pais não tinham condições de pagar uma faculdade particular para dois filhos e também nunca me senti influenciada em fazer um curso superior. Sempre ouvia as pessoas falarem do meu irmão que ele tinha se formado à toa, e que era perda de tempo estudar, comentários como esses me fizeram perder o interesse em querer fazer faculdade, mesmo tendo os meus pais sempre questionando o que eu gostaria de fazer. Foi quando em 2013 eu comecei a participar de um movimento na minha cidade, voltado para os jovens MOJAC (Movimento de Jovens de Antônio Cardoso), dentro desse movimento aconteciam inúmeras coisas, de palestras à saraus, tudo com o intuito de incentivar os jovens a estudarem, a conhecerem sobre os movimentos sociais, suas lutas, vitórias e conquistas.

Através desse movimento fomos convidados a participar de um encontro para comunidades quilombolas na cidade de Salvador-Ba. Por meio desse evento pude conhecer uma seleção especial que a UFBA possuía para comunidades quilombolas dentre outras categorias, não sabia direito como funcionava, mas com a ajuda do professor de um cursinho pré-vestibular quilombola da cidade de Vitória da Conquista - Ba consegui realizar a minha inscrição na seleção para o curso de Licenciatura em Geografia. Depois de um tempo fiquei sabendo da minha aprovação, mas infelizmente não pude cursar, minha família estava passando por um momento delicado financeiramente e não tinha condições de me custear em Salvador, fiquei muito triste, porém ciente do que estava acontecendo.

Meus pais só estudaram até a quarta série do Ensino Fundamental I e infelizmente as portas do mercado de trabalho estão sempre fechadas para esse público.

Aguardei pelo segundo edital e fiz mais uma vez a minha inscrição, dessa vez eu escolhi a Pedagogia, na verdade a Pedagogia me escolheu, fui aprovada

consegui realizar minha matrícula e estudar, não foi fácil, meu pai continuava desempregado, mas o medo de não ter outra oportunidade foi maior que a necessidade do momento, e com a ajuda da minha avó, mãe, irmão e tio eu pude ir para Salvador e dar início ao curso.

Em meados de 2020 tive o prazer de assumir duas turmas do Ensino Fundamental I da escola da comunidade. Os educandos se encontravam desde o início do ano letivo sem atividades, pois estavam sem professor atuante devido às questões políticas, isso ocorrendo em meio a um contexto muito difícil e excepcional por conta da pandemia do novo Coronavírus e os estudantes ainda tinham que contar com o descaso de não terem professor.

Assumi uma turma do quarto e outra do quinto ano até novembro de 2020, como as escolas estavam fechadas as aulas não estavam acontecendo, logo, os discentes estavam sendo supridos apenas com atividades quinzenais, as atividades eram preparadas a partir de temas que eram definidos através de reuniões com a coordenação. Porém, não havia nenhum tipo de orientação para auxiliar os discentes na elaboração das atividades, logo, era impossível acompanhar o desenvolvimento e avanços dos mesmos, não tinha como garantir o aprendizado dos educandos de longe e sem acompanhamento.

Em uma das reuniões com a coordenação e professores, ficou decidido que trabalharíamos com um tema livre nas atividades, e foi quando eu tive a oportunidade de trabalhar com os estudantes uma pequena parte da história da comunidade, para que eles conhecessem e também trouxesse o que já sabiam, e o resultado me surpreendeu - os referidos estudantes nunca tinham ouvido falar da história da comunidade, sequer sabiam o que significava a palavra “quilombo” e muito menos quem criou a mesma.

Ao ouvir a devolutiva dos pais sobre como foi importante ter trabalhado aquele conteúdo me deu ainda mais forças e tive ainda mais certeza de que estou no caminho certo. Pude apresentar para eles o fundador da comunidade, a idade aproximada que a mesma possui, além da ligação consanguínea que possuímos com o mesmo, já que a população da Comunidade Quilombola de Gavião é majoritariamente ligada a ele - Juvêncio Pedro.

Mas era impossível não surgir questionamentos ao tentar entender a dimensão de tudo isso e em como esses educandos estavam sendo prejudicados, tanto no quesito educacional, quanto histórico. Pois, se formos pensar com relação ao tempo em que a Comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares é algo extremamente entristecedor e preocupante, a mesma foi reconhecida em 2010 e mesmo com a secretaria de educação do município disponibilizando formação continuada para os professores que atuavam nas escolas de comunidades remanescentes de quilombos, ainda assim não estavam sendo colocados em prática. Algo ainda mais preocupante é saber que a maioria dos professores que atuam nesses locais não estavam participando das formações, comprometendo ainda mais a educação dos sujeitos em processo de escolarização..

Em 2020 a comunidade foi contemplada com um projeto social custeado pelo Fundo Baobá em virtude da pandemia do novo Coronavírus, o intuito do projeto era beneficiar a comunidade com alguma ação que barrasse o aumento da contaminação pelo vírus dentro da comunidade. Diante disso, a comunidade se reuniu juntamente com a associação da mesma para articular o que seria feito com o valor doado. Após alguns encaminhamentos, em coletivo ficou-se decidido que seria produzido máscaras de tecido. Em um prazo de 25 dias produzimos cerca de 3 mil máscaras para serem doadas dentro da comunidade e adjacências.

Ainda no referido ano, com a autorização da comunidade diretora da associação, consegui inscrever a mesma em um projeto social, onde a comunidade seria beneficiada com cestas básicas. Fomos selecionados, mas não conseguimos ter acesso ao dinheiro, a associação foi criada recentemente e ainda não possuía conta própria e devido a isso perdemos um projeto de tamanha importância, considerando o número de pessoas carentes dentro da mesma.

Desde então, eu tenho me dedicado e pensado em ações que possam ser desenvolvidas dentro da comunidade durante e após a minha formação. A Comunidade precisa ser retribuída, as pessoas precisam ser recompensadas por todo atraso que tiveram, principalmente aquelas que infelizmente tiveram menos oportunidades na vida, é uma maneira de devolver para eles de alguma forma a grande contribuição que os mesmos deram para mim.

É uma tristeza imensa olhar para tantas pessoas que tem sonhos, desejos, vontades e ver que muitos estão impossibilitados pela ausência da educação em suas vidas. Muitos que precisam se submeter a trabalhos precários, de má qualidade devido ao nível escolar, vivendo muitas vezes trabalho de cunho escravista, de maneira maquiada e devido a falta de instrução não consegue enxergar a dimensão das coisas.

Freire (1987) traz em uma de suas obras a importância dos oprimidos saberem sobre a opressão que sofrem, para que assim possam superá-las. Uma vez que, essa opressão os fazem sentir desumanizados, fracos e insuficientes, colocando nessas pessoas uma falsa consciência, que lhes impedem de superá-las.

Hoje me sinto na total responsabilidade de retornar a minha comunidade, onde tudo começou e proporcionar ações e caminhos para que estes moradores possam se conscientizar da opressão que sofrem e assumam a sua situação de oprimidos na qual vem se estabelecendo e talvez não tenham consciência disso.

No tópico subsequente discutiremos a respeito da historicidade dos quilombos no Brasil, para podermos entender de forma mais abrangente como tudo iniciou.

## **2. História dos quilombos no Brasil**

Durante o período escravocrata os negros que fugiam dos seus senhores se refugiavam junto a outros escravos em lugares fechados e de difícil acesso dentro das matas, os locais contiam armadilhas para afastar os caçadores que estavam indo a sua busca. Esses locais eram conhecidos como quilombos. Nos quilombos as pessoas viviam conforme a sua cultura, plantando e produzindo no local.

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (MOURA, 2020, pag. 21).

Ainda no período colonial, existiam centenas de comunidades quilombolas no Brasil, ambas espalhadas por vários estados do país. “No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional”. (MOURA, 2020).

Um fator muito importante que aconteceu durante o Brasil colônia foi a invasão que o estado do Pernambuco sofreu pelos holandeses, essa invasão fez com que muitos fazendeiros abandonassem o local em processo de fuga, em razão disso, muitos escravos conseguiram fugir e buscar abrigo no Quilombo dos Palmares, que ficava localizado na Serra da Barriga no estado de Alagoas. O Quilombo dos Palmares se tornou o maior quilombo, chegando a abrigar cerca de 50 mil escravos.

Durante a invasão dos holandeses (primeiro a combatê-los) e do governo pernambucano, o Quilombo dos Palmares foi destruído, o mesmo era liderado por Zumbi dos Palmares, que foi morto durante uma invasão chefiada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guiana, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marrom*, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava. (MOURA, 2020).

Os quilombos representavam uma forma de resistência contra o sistema que o escravizava, bem como com o fim da escravidão. A permanência nas casas grandes era torturante, os escravos não eram tratados como gente, as escravas muitas vezes eram abusadas pelos seus senhores, levando a uma gestação indesejada e sendo obrigada a colocar o filho mestiço para realizar os serviços que lhe eram postos. E isso fazia com que estes escravos fugissem e se refugiassem nos quilombos. Muitas vezes as rotas de fuga eram construídas através das tranças nagôs que as escravas faziam em suas cabeças, para facilitar a fuga.

“[...]Os senhores criaram uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados”. (MOURA, 2020).

O processo de reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas obteve um maior incentivo através da aprovação do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que trata da regulamentação para para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras que foram ocupadas por pessoas que são remanescentes de comunidades quilombolas. Mas, antes disso, os negros escravizados eram considerados animais, maltratados, torturados, presos em porões como forma de punição e muitas vezes mortos.

Os quilombos, de maneira geral, funcionavam como válvula de escape para a intensa violência da escravidão nas senzalas. Além disso, eram considerados

pontos centrais de oposição ao modelo escravagista, os quais resistiram a diversos confrontos com aqueles que se afirmavam superiores, os senhores de engenho. (Oliveira, 2019).

Logo, a grande maioria dos escravos se refugiaram no Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares e sua esposa Dandara. Vale salientar, que nessas comunidades não havia apenas negros escravizados, haviam índios, brancos, fugitivos da justiça, padres, vendedores, dentre outros. Os quilombolas, mesmo refugiados em suas comunidades, ainda sofriam ataques, destruição do quilombo e recaptura de alguns fugitivos. Por isso as comunidades eram sempre construídas em locais de difícil acesso, cercado com cercas e acompanhados de diversas armadilhas para proteger o local.

Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação da luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. (MOURA, 2020, pag. 24).

No Brasil, ainda mantém a existência das comunidades quilombolas, formada por pessoas que possuem algum tipo de parentesco com ex escravos e que continuam cuidando e preservando a cultura e as tradições africanas e afro-brasileiras. “Por isso mesmo, onde existia a escravidão, existia o negro aquilombado”. (MOURA, 2020).

Em qualquer região que existisse o trabalho escravo, existiam os quilombos para lutar e resistir contra os produtores do escravismo.

E para que haja uma verdadeira compreensão de como os quilombos foram criados, é necessário falar de Zumbi dos Palmares, o líder de um dos maiores quilombos do Brasil, onde abordaremos no próximo tópico.

## **2.1 Zumbi dos Palmares e a sua contribuição no processo formativo das comunidades quilombolas no Brasil**

Zumbi foi o líder do Quilombo dos Palmares, um guerreiro que lutou junto aos outros quilombolas que ali residiam pelo fim da escravidão no Brasil colonial, além de impedir a invasão das expedições portuguesas, a comunidade chegou a abrigar cerca de 20 mil pessoas, isso fez com que chamassem a atenção dos portugueses que queriam a todo custo atacar a comunidade.



Segundo Araújo (2015, pág.8) a história do Quilombo dos Palmares traz consigo diferentes vertentes, ela vai além de um lugar receptivo e acolhedor.

É comum na historiografia atribuir a origem de Palmares à fuga de 40 escravos de um engenho próximos à costa alagoana que partiram em direção à mata mais fechada repleta de palmeiras. Isto é correto, mas, além disto, a origem do quilombo dos Palmares possui um contexto ainda mais abrangente que é o contexto da produção, distribuição e consumo do açúcar (O “Ouro Branco”).

O Brasil era um grande produtor de açúcar e isso despertou ainda mais o interesse dos holandeses e dos ibéricos em invadir o quilombo, pois, o interesse deles era aumentar a sua fabricação, e para isto, utilizariam a mão-de-obra escrava.

A comunidade ficava situada em uma serra que continha muitas palmeiras, conhecida como serra da Barriga, que atualmente pertence ao Estado de Alagoas.

Zumbi, nasceu homem livre, e só aos 15 anos de idade que foi para o Quilombo, após ter sido catequizado por padres. Só em 1678 que tomou posse de líder, após a morte de Ganga Zumba.

Ganga Zumba, antes de morrer, fez uma proposta com o governo Pernambucano, onde eles deixariam os quilombolas livres, mas esse acordo não permitia a liberdade dos outros escravos que ainda viviam nos engenhos, Zumbi foi totalmente contra, pois para ele, não era justo que seus irmãos continuassem presos e sendo escravizados pelos senhores brancos. Em razão disso, ele resolveu assumir a liderança pela liberdade dos seus irmãos escravizados.

Em 1694, aconteceu uma grande batalha, onde o quilombo foi destruído, a expedição responsável pela invasão foi comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Um ano após a batalha, 1695, Zumbi foi morto, vítima de uma emboscada, e por isso é comemorado o dia da consciência negra em 20 de novembro, pois foi a data em que Zumbi foi morto.

Depois da dispersão, quando a comunidade foi destruída, os quilombolas formaram outras comunidades como símbolo de resistência, comunidades que permeiam até hoje, lutando por direitos, direitos que foram retirados durante o período escravocrata. Os quilombolas vivem atualmente uma intensa luta pelos direitos sociais, pelos direitos de apropriação legal de terra, pela manutenção das manifestações culturais, por respeito e por uma vida digna.

Faz-se necessário trabalhar com essas pessoas a história de Zumbi dos Palmares, que foi o principal responsável pela criação e manutenção das comunidades quilombolas.

Convém destacar o quão foi importante toda luta e resistência dos quilombos/las e a permanência dessa luta por direitos sociais, dentre eles a educação. No tópico seguinte faremos essa discussão considerando que a luta pela educação é um capítulo fundamental na longa história de lutas dos/das quilombolas.

## **2.2 Quilombolas e a luta pela educação**

A luta dos quilombolas pela educação começou já há algum tempo, muito antes do Brasil passar pelo processo de abolição da escravatura que esse público luta por reconhecimento, respeito e permanência dentro do seu território. Até então, os quilombolas (escravos/negros) não eram considerados seres humanos, logo, não possuíam direitos, apenas deveres, deveres esses que eram longe de ser algo humanizado.

Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes onde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento (PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

Com a criação da Constituição Brasileira, em 1988, documento este que rege até os dias atuais, os quilombolas, negros, pobres, índios e demais categorias puderam ter seus direitos garantidos e reconhecidos por lei, incluindo a educação e a titulação de suas terras através da Fundação Cultural Palmares. Ademais, a Constituição garante também os direitos do sujeito dentro do quilombo, como: saúde, cultura, educação, lazer, segurança, saneamento básico, dentre outros.

As comunidades remanescentes de quilombos possuem dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem. (LOPES, 2018).

O ensino dentro das escolas quilombolas precisam estar presente desde o projeto político pedagógico (PPP), pois a mesma deve garantir aos estudantes oriundos da comunidade na qual ela está inserida a cultura do local, é preciso partir de uma convicção de uma educação integralizadora, reconhecendo o território e a comunidade como peça fundamental do processo educativo, frisando como tudo iniciou, a importância da permanência dos mesmos na sociedade, a formação dos quilombos, quem foi o maior responsável pela criação dos quilombos, além da relação Brasil-África e da miscigenação da cultura afro-brasileira.

A partir do ano de 2012, a organização da educação brasileira passou a contar com uma nova modalidade de ensino, chamada Educação Escolar Quilombola, a mesma, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

[...] Pode ser entendida como uma modalidade alargada, pois, dada sua especificidade, abarca dentro de si todas as etapas e modalidades da Educação Básica e, ao mesmo tempo, necessita de legislação específica que contemple as suas características. (BRASIL, 2012, p.27).

O processo de ensino dentro das escolas quilombolas precisam se atentar com o seu vínculo dentro da comunidade, pensando sempre nos anseios e desejos dos educandos, bem como o impacto que essa educação faz para eles e se fazem algum sentido. Ainda assim, percebe-se que um grande número de comunidades quilombolas não possuem escolas quilombolas, ou seja, escolas localizadas dentro da comunidade. Provocando uma grande transportação de pessoas para fora do seu território, porém, as escolas de fora que recebem estes estudantes, em sua grande maioria não incluiu em seu currículo a realidade histórica e cultural dos estudantes.

Lopes (2018) traz em seu trabalho afirmando, que:

As comunidades remanescentes de quilombos possuem dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem. Considerando essas dimensões, em 20 de novembro de 2012 o ministro da educação homologou a Resolução CNE 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola demanda de uma metodologia pedagógica própria, isto é, a mesma busca trabalhar respeitando as especificidades, particularidades e cultura do local e dos estudantes.

É preciso que se tenha formação inicial e continuada dos professores que assumem o compromisso de trabalhar nas escolas quilombolas, preparação do material didático e paradidático, bem como se atentarem às diretrizes que precisam estar presentes nas escolas quilombolas e naquelas que recebem educandos oriundos destas.

Ainda que as diretrizes tenham sido implantadas no intuito dos quilombolas terem uma educação com base em suas vivências, muitas vezes essa educação não acontece, isso porque muitas escolas dos quilombos não possuem professores da própria comunidade, alguns destes professores não dispõem de formação continuada para atuar com o referido público e supõem-se que a grande maioria desconhecem as diretrizes, o que rege a educação escolar quilombola. Sendo assim, o que deveria ser ensinado na sala de aula acaba passando despercebido, impregnando nos discentes a velha educação tradicionalista.

Trabalhar com as vivências, culturas e crenças do lugar não significa abandonar os paradigmas da educação, pelo contrário, a educação acaba passando por um processo de transformação, mudança e inclusão. Essa prática precisa também ser adotada pelas escolas que recebem educandos oriundos de comunidades quilombolas, uma vez que muitas comunidades não possuem escolas ou possuem apenas um segmento da educação básica, infelizmente os mais afetados diante dessa realidade são os jovens, adultos e idosos, que são afastados mais uma vez da educação nesse processo de exclusão. Grande número dos adultos e idosos anseiam em ir para a escola pela necessidade de aprender a escrever o próprio nome, de pegar o transporte público sem usar a cor do ônibus como referência, em aprender a contar dinheiro, dentre vários outros motivos que fazem parte do cotidiano.

Compreendendo que o processo alfabetizador é dialógico e incorpora diferentes elementos, é necessário pensar uma metodologia que transcenda a perspectiva puramente técnica de aquisição da escrita, possibilitando aos jovens, adultos e idosos, aprendizagens significativas, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos. (MEC, 2011, pág. 9).

Deste modo, a forma de alfabetizar precisa estar relacionado com aproximações das práticas cotidianas, nas quais são experienciadas nos mais

diversos contextos sociais e culturais, no qual, ambos possam vir a contribuir no exercício pleno da cidadania.

“A comunidade quilombola trata-se de um fértil território educativo, onde as crianças recebem uma educação integral, brincando, experimentando, conversando e observando as demais crianças e adultos.”(MATUOKA, 2018).

A implementação da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola nas escolas da educação básica, é resultado da forte luta dos movimentos sociais, especificamente o movimento quilombola pelo acesso a uma educação de qualidade, onde os princípios, valores e cultura dos quilombos não fossem esquecidos ou simplesmente apagados da história.

Em quilombos os desafios pedagógicos são muitos; embora a cultura oral seja, igualmente, característica marcante nas comunidades, outras particularidades em solo brasileiro foram construídas pelos negros da diáspora. É necessária uma escuta atenta a tudo que “fala” em quilombos para então construir metodologias que dialoguem com os/as alfabetizando/as em uma linguagem que , nas suas mais diversas formas de manifestação, todos possam contá-la, lê-la e registrá-la.(NUNES, 2019, pag.19).

Com o intuito de melhorar a qualidade da educação nas comunidades quilombolas, o Ministério da Educação passou a oferecer em um período anual apoio financeiro aos sistemas de ensino. Os recursos são destinados para a formação continuada de professores para áreas remanescentes de quilombos, ampliação e melhoria da rede física escolar e produção e aquisição de material didático.

De acordo com o Ministério da Educação (2018)

A maioria dos professores não é capacitada adequadamente e o número é insuficiente para atender à demanda. Em muitos casos, uma professora ministra aulas para turmas multisseriadas. Poucas comunidades têm unidade educacional com o ensino fundamental completo.

Conforme uma verificação realizada pela Fundação Palmares, a mesma revela a existência de comunidades quilombolas certificadas e tituladas no país. porém, nem todas possuem escolas, e quando existe alguma, são em condições precárias, levando os moradores a se deslocarem, muitas vezes para locais extremamente afastados da comunidade, em transporte que não possuem segurança e em situações inadequadas.

O MEC traz um levantamento apontando que:

Estudos realizados sobre a situação dessas localidades demonstram que as unidades educacionais estão longe das residências dos estudantes e as

condições de estrutura são precárias, geralmente construídas de palha ou de pau-a-pique. Há escassez de água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. De acordo com o Censo Escolar de 2007, o Brasil tem aproximadamente 151 mil estudantes matriculados em 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Quase 75% destas matrículas estão concentradas na região Nordeste.

De acordo com esse levantamento, observa-se o número de escolas em território quilombola, a quantidade de estudantes matriculados, bem como o número de professores atuantes.

Figura 1 - Escolas em área remanescente de quilombo

Unidade da Federação	Quantidade de:		
	Matrículas	Docentes	Escolas
Rondônia	39	2	2
Pará	16.138	652	181
Amapá	1.078	77	12
Tocantins	880	66	18
Maranhão	34.229	1.705	423
Piauí	1.160	58	23
Ceará	2.724	84	11
Rio Grande do Norte	1.093	55	17
Paraíba	1.990	103	18
Pernambuco	8.695	337	46
Alagoas	3.545	120	16
Sergipe	2.915	162	16
Bahia	57.437	1.748	246
Minas Gerais	6.845	441	81
Espírito Santo	558	35	15
Rio de Janeiro	2.570	144	9
São Paulo	1.409	120	26
Paraná	2.228	128	17
Santa Catarina	73	6	6
Rio Grande do Sul	3.230	263	30
Mato Grosso do Sul	1.228	87	6
Mato Grosso	285	13	2
Goiás	1.433	87	32
<b>Total Brasil</b>	151.782	6.493	1.253

Fonte: INEP, 2007

Diante desse contexto, a educação escolar quilombola tem o intuito de estruturar os saberes presentes na comunidade e garantir a todos o direito da inserção na escola. No entanto, se a escola não possuir uma equipe docente e gestora composta por pessoas oriundas da comunidade e que estejam atentos e preocupados com o ensino desse público, o resultado dessa educação pode ser totalmente o oposto do esperado, provocando um grande retrocesso dos saberes no currículo escolar.

No próximo tópico discorreremos sobre a formação histórica da comunidade Quilombo Gavião, locus por excelência da investigação científica proposta nesse estudo.

### **2.3 Formação histórica da Comunidade Quilombola de Gavião**

A Comunidade Quilombola de Gavião está localizada na área rural da cidade de Antônio Cardoso-Ba, cidade esta, que de acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) possui o maior número de negros reconhecidos do país.

A comunidade Quilombola de Gavião, durante muito tempo era denominada como fazenda, portanto, em um longo período de sua existência não possuía o título de Quilombo. Embora o entendimento por parte dos moradores é que esta comunidade é de uma resistência muito grande, concentra-se ainda uma barreira de resistência quando se trata da valorização do lugar em que vive e da aceitação enquanto morador de comunidade remanescente de quilombo, uma vez que, a mesma vem de uma proveniência de negros que haviam fugido de um processo de escravidão.

Não existem muitos dados históricos, apenas resquícios frágeis de memória de nossos ancestrais, e o que conseguimos ter com mais firmeza do histórico da comunidade, são datas da cultura, do plantio de mandioca, o uso das raízes de batata, dentre outras. Isso durante um tempo foi extremamente forte, pois há cerca de 30 a 40 anos a produção da farinha de mandioca era o que garantia o sustento das famílias que ali residiam.



Com o tempo a escassez de terra foi diminuindo, atualmente acontece de modo esporádico, pontual em algumas pequenas propriedades.

A realidade da comunidade é de pequenas propriedades, algumas pessoas plantam raízes, normalmente o aipim e batata, porque antes tínhamos na região próximo a comunidade casas de farinha, atualmente não existe mais, dessa forma, tudo foi se estreitando para que essa cultura fosse se diminuindo, e mesmo com alguns incentivos, a maior dificuldade é por não ter muita terra, são pequenas propriedades para plantar e morar, portanto, para poder consensuar com a policultura tem-se tornado complicado.

A comunidade possui um resquício extremamente forte na argumentação da resistência. Sabe-se que tiveram alguns negros com muita disposição de luta e consciência crítica e organizativa, embora tenham vindo, chegado ao Brasil em um processo de escravidão, alguns deles possuíam leitura, e por terem conhecimento, diferirem e se destacarem de um grupo que por mais triste que fosse, não possuíam essas habilidades, acabava facilitando no sentido da sobrevivência.

Todavia, são feitas suposições para tentar montar a história da comunidade, pois o que se sabe no Brasil e na comunidade é que negros não eram detentor de terras, o fato do país ter inicialmente sido majoritariamente formado por povos originários denominados de indígena e depois ter vindo negros nesse sistema escravocrata, e por outros povos também terem vindo nesse esquema de mão de obra fácil e barata, lógico que diferente do negro, o negro veio mesmo como bicho, escravo, transportando em navios negreiros, representando uma grande diáspora, sem direito algum, mas é possível acreditar que um daqueles ancestrais que formaram a comunidade, conhecido como Juvêncio Pedro, fosse uma pessoa esclarecido, ou que de alguma forma tenha conquistado a confiança do seu senhor, uma vez que, olhando pelo lado de que ele tenha sido escravo, a tese que mais se sustenta é que ele, Juvêncio Pedro, foi desses poucos afortunados de conhecimento, ele não era simplesmente detentor de terras, era comerciante de animais de pequenos portes, como: porcos, ovelhas, bois, dentre outros.

Na época em que o mesmo viveu, o cultivo do fumo era algo muito forte, onde ele era um dos maiores comerciantes, além de povoar por várias áreas econômicas.

Existem alguns poucos dados de memória das pessoas que existem até hoje, pessoas que têm 80 a 90 anos, e até aquelas que já partiram, falavam de quem pertencia a comunidade, e que pertencia a Juvêncio Pedro, portanto, acredita-se que ele não era apenas um escravo que contou com a “generosidade” do seu senhor, e sim alguém que veio, que tinha um conhecimento, e que talvez tenha chegado a comunidade na condição de escravo, mas trazendo na sua bagagem conhecimento e alguns recursos financeiros, caso contrário, não teria tido esse amplo, essa vastidão de permear o mundo econômico.

A partir dessa perspectiva, o que se tem de mais forte para a história da comunidade, é justamente o fato de que Juvêncio Pedro foi um negro escravizado com conhecimento diferenciado.

A Comunidade Quilombola de Gavião, como já mencionado anteriormente, outrora, era conhecida como Fazenda Gavião, a mesma tinha uma sede, há cerca de 30 anos, e nela, era possível encontrar restos de louças e talheres na região onde esta ficava situada, e por as pessoas da comunidade não terem conhecimento a essa importância histórica, acabava sendo descartada.

Após esse período, Juvêncio Pedro teve seus filhos, que é de onde descende a população majoritária da Comunidade Quilombola de Gavião, são netos, bisnetos, tetraneos, sobrinhos, primos, etc.

Dessa forma, quando se vai fazer uma análise da família de Gavião, das famílias que ali residem, da raiz originária, todos estão ligados a Juvêncio Pedro, na condição de parentesco. São poucas as pessoas que não são genuínas da comunidade, mas que ali estão, e que novamente voltam para dentro da comunidade.

Existe uma outra dificuldade dentro da comunidade, a de data-lá, de quanto tempo ela existe, as pessoas mais velhas supõem que ela exista há mais de 300 anos, pelo fato de que a centenária, a pessoa mais velha da comunidade, falecida há alguns anos, ainda muito lúcida, costumava falar de alguns ancestrais que pertenciam a comunidade e que de alguma forma contribui na sua construção, esse é um outro resquício de memória da idade da comunidade.

A comunidade sempre foi muito povoada, mas, atualmente ela abriga mais de 100 famílias, cerca de 300 casas, aproximadamente. Infelizmente, o nível de pobreza da comunidade é muito grande, apesar de terem tido alguns ganhos.

Há cerca de 25 anos, a comunidade obtinha no máximo 2 pessoas que possuíam o magistério, e isso permeou por muito tempo. Atualmente, tem-se uma média de 10 jovens fazendo universidade, isso para a comunidade se tornou um ganho muito significativo, pois a comunidade saiu do analfabetismo total, para o analfabetismo funcional e depois para um percentual de pessoas alfabetizadas, e hoje com universitários. Apesar de ser um número ínfimo para a quantidade de moradores, é algo de muita significância, pelo lugar que estes jovens saíram e onde querem chegar, em nível de conhecimento anual.

Gavião é uma comunidade que tinha uma característica muito forte do candomblé, no sentido da religiosidade, e ainda que as pessoas não declarassem, era algo muito visível, mesmo havendo um certo preconceito em se auto afirmar que fazia parte dessa religião, ainda assim, as pessoas recorriam muito a esta. Depois de um tempo ficou mais forte, mais evidente o catolicismo, atualmente a grande maioria são católicos, e depois do catolicismo, o que predomina é a religião evangélica. Ainda existem pessoas adeptos ao candomblé, mas por medo do julgamento, se dizem católicos.

A Comunidade Quilombola de Gavião foi reconhecida pela Fundação Palmares enquanto comunidade quilombola em 21 de junho de 2010. Para a comunidade, o maior ganho é de reconhecer historicamente a nossa luta, mesmo havendo, infelizmente, poucas pessoas na comunidade que criam resistências ao se aceitarem enquanto quilombola. Mas essa resistência criada por parte de alguns moradores não é de graça, não é à toa, pois infelizmente o título recebido pela comunidade deveria facilitar, melhorar, mas em alguns momentos não facilita, os mecanismos, os meios de acesso, às políticas públicas muitas vezes são dificultadas por uma burocracia governamental. Tem por exemplo, o acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), porém, é algo muito limitado, restrito, pois a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) que é o documento necessário para se ter acesso ao Pronaf, criou-se uma burocracia ainda maior para

acessar a esse documento, antes, quando a comunidade era apenas rural, existia uma certa facilidade para adquiri-la.

Hoje, a maior dificuldade, que é um gargalo terrível na comunidade, para todos os moradores, é a questão da terra, porque para se ter a DAP é preciso ter uma certa quantidade de terra, e a maioria não tem, e as raras exceções possuem aproximadamente uma tarefa e quem tem 5 tarefas ou mais é considerado “rico” dentro da comunidade, os que têm uma tarefa utiliza para plantio, moradia e pequenas criações, ou seja, é muito desigual, principalmente falando de reconhecimento. A questão da terra tem sido uma das barreiras principais quando se diz respeito à implementação de políticas públicas nas comunidades quilombolas.

Tem-se uma lacuna muito grande por parte do governo, que é a demanda do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na demarcação, o INCRA, obteve uma nova parceria com a CDA (Certidão de Dívida Ativa da União) nessa nova conjuntura política, ainda não se tem uma definição concreta. A Fundação Palmares que antes parecia estar mais organizada/prontificada em ajudar as comunidades quilombolas tem se desestruturado um pouco. Há cerca de 1 ano, a Comunidade Quilombola de Gavião recebeu a visita de uma das representantes da Fundação Palmares, falando em nome da mesma, e durante essa visita, ela não conseguiu trazer consistência de qual é a atuação política da Palmares no sentido de ajudar, de estar ali em favor das comunidades quilombolas. Esse foi o entendimento da Comunidade de Gavião, não se sabe qual a relação das demais comunidades com a Fundação.

Temos as políticas públicas na área da educação, moradia, mas é muito difícil chegar até as comunidades. Na área da educação, existe lei, diretrizes, inclusive, e demais outras que estão agregadas, mas que não dão conta de que esse conteúdo seja aplicado nas escolas, pois alguns professores atuantes na escola da comunidade não possuem formação inicial e continuada para trabalharem com estudantes oriundos de comunidades quilombolas.

Em Antônio Cardoso, ainda não se tem estudos acerca dos nossos ancestrais de origem, que é a África, entendendo que no Brasil a população genuína era indígena, e os negros que chegaram escravizados ou não, vieram de países pertencentes ao continente Africano, então, a comunidade anseia para que seja

estudado um pouco mais da nossa história, trabalhando com mais precisão a história do povo negro.

A luta pela terra tem sido um obstáculo frequente na vida dos moradores de comunidades quilombolas, pois exige coragem, luta e resistência, e infelizmente muitas pessoas se sentem ameaçadas, amedrontadas, principalmente por parte dos fazendeiros circunvizinhos e que são os maiores detentores de terra na região.

Por vários motivos que atravessavam a vida dos moradores outrora, esses fazendeiros acabavam tomando posse de parte das terras destes de forma ilegal como uma espécie de pagamento por algum “favor” prestado. Portanto, para que a demarcação de terra aconteça, o INCRA, que tem sido o órgão responsável por essa demanda precisa saber qual o limite da comunidade em extensão territorial. Todavia, os moradores se sentem intimidados ao adentrar nessas propriedades e se calam, o que provoca uma maior dificuldade nesse processo de grande importância e avanço no sentido de luta e resistência para a comunidade, já que atualmente não se sabe qual a atuação que a Fundação Cultural Palmares tem para com as comunidades quilombolas, bem como a sua ligação política com o atual governo.

A comunidade, no dia 20 fevereiro de 2019 conseguiu regularizar a associação da mesma, para que assim pudesse estar ajudando a comunidade, principalmente os mais necessitados. Com a criação da associação, a comunidade foi e vem sendo pleiteada com alguns projetos, recebimento de cestas básicas de instituições parceiras para ajudar no combate à fome e à miséria dentro da mesma.

Atualmente, a comunidade vem resgatando algumas atividades culturais que eram realizadas dentro da mesma há bastante tempo, o reisado. Antes do início da pandemia do novo coronavírus a comunidade começou a retomar essa manifestação cultural, onde era realizada as festas de reis nas casas dos moradores, com o intuito de não deixar uma cultura tão bonita cair no esquecimento e para que os mais novos tenham conhecimento a respeito de uma cultura que era tão bem utilizada dentro da comunidade.

Outro aspecto importante no debate se refere a interlocução da modalidade de Educação de Jovens e Adultos com a Educação quilombola, considerando as especificidades que cada uma tem no âmbito do processo de escolarização. A presença da EJA na educação quilombola será abordada no próximo tópico.

## 2.4 A EJA na Educação Escolar Quilombola

A interpretação que busco analisar compreende a partir das dificuldades de acesso à educação dos quilombolas na Comunidade Quilombola de Gavião, bem como a ausência de políticas públicas no que refere-se a inserção desse público no meio escolar.

O município de Antônio Cardoso-Ba vem sofrendo há um longo período com a defasagem educacional, isso inclui a falta de professores, a estrutura física e pedagógica das escolas, além da não oferta de turmas para EJA nas comunidades quilombolas, mais especificamente na Comunidade Quilombola de Gavião, isso significa que esse público mais uma vez não tem tido oportunidades de estudar devido a deficiência que o município tem apresentado.

Sabe-se que existe uma demanda muito grande ao se falar desse público, pois são pessoas/jovens/adultos/idosos que, mesmo possuindo motivos diferentes pelo abandono ou o não acesso à educação, precisam estar inseridos dentro do contexto escolar.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988, Art. 205).

Por conseguinte, cabe ao Estado e Município fazer a inclusão dos sujeitos da EJA na educação, uma vez que, esse direito já foi retirado deles durante uma vida inteira.

A EJA vem sofrendo um desmonte muito grande por parte dos órgãos governamentais, pois, por se tratar apenas de uma modalidade de ensino da educação básica, é, infelizmente, vista como algo sem importância, desconsiderando os sujeitos que a compõe e menosprezando a luta que a mesma tem para com essas pessoas.

A Comunidade Quilombola de Gavião, outrora, foi beneficiada por um programa do Governo Estadual da Bahia, intitulado como TOPA (Todos pela Alfabetização), que foi de muita significância para a mesma, porém, as aulas não

eram ministradas por professores formados, e sim, por pessoas da própria comunidade, que naquele momento possuíam um pouco mais de instrução e se consideravam aptos a ensinar, todavia, não acontecia um acompanhamento contínuo por parte da secretaria de educação do município a fim de saber se as atividades e conteúdos propostos por aqueles indivíduos atendiam as necessidades daquele público, na qual deve visar as peculiaridades, pluralidades, singularidades, além do tempo humano do mesmo.

Percebe-se que atualmente mais pesquisadores da área da educação têm se empenhado em lutar pela permanência da EJA e pela efetiva valorização da educação escolar quilombola, e isso é de uma grande significância, pois além de dar visibilidade a esse público, é uma forma de mostrar que eles não estão esquecidos, pois trabalhar com a EJA, é claramente dar oportunidades para aqueles que não tiveram o direito de acessar a escola e também trazer de volta à escola para aqueles que por motivos diversos foram obrigados a deixá-la.

---

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

---

Aos educadores que trabalham nas comunidades remanescentes de quilombos, faz-se necessário se aprofundarem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, pois, a mesma os ajudará no que tange abordar as questões raciais com o referido público, a fim de contribuir não apenas com o processo educativo, mas também com a aceitação, reconhecimento e valorização da sua identidade.

Cabe aos professores e comunidade gestora da escola no momento de pensar a elaboração do plano de aula, currículo e PPP (Plano Político Pedagógico) da escola para com o público da EJA no contexto da educação escolar quilombola, pensarem de acordo com as diretrizes, atendendo a dois viés muito importante para a aprendizagem do sujeito, sendo eles: Priorizar as diversas características peculiares do local em que o sujeito está inserido e ter conhecimentos sobre as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Pois, se os educadores que atuam com educandos da EJA oriundos de comunidades quilombolas, onde a grande maioria são adultos e idosos e desconsideram esses dois parâmetros, não vão estar atendendo as necessidades destes, e isso irá fazer com que os mesmos continuem criando barreiras de resistência quando se tratar da auto-aceitação enquanto morador de comunidade quilombola.

A partir destas considerações, visa-se responder a seguinte pergunta: As causas do analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental 1 na geração mais velha da Comunidade Quilombola de Gavião pode estar relacionada com a ausência de turmas para esse público?

Tem-se como hipótese que: As causas do analfabetismo e não conclusão reside na ausência de turmas para EJA (Educação de Jovens e Adultos) na escola da Comunidade Quilombola de Gavião e de políticas públicas para organizar a demanda.

Atualmente, o problema persiste, e de forma similar, esses sujeitos continuam com a mesma vontade/necessidade de estudar, porém, os órgãos responsáveis não investem na abertura de turmas para a EJA, retirando mais uma vez dessas pessoas o direito de estudar. Os governantes, em sua grande maioria, não conseguem enxergar um retorno por parte destes, já que grande parte dos sujeitos da EJA são idosos, logo, acreditam que estes não trarão nenhuma contribuição no contexto financeiro para o país.

A Comunidade Quilombola de Gavião além de não ter turmas para EJA, também não possui professores que estejam dispostos a trabalhar com esse público, além de não possuírem formação continuada para atendê-los, visto que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, a EJA deve atender às realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida. A proposta pedagógica da EJA deverá ser contextualizada de acordo com as questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das comunidades quilombolas.

Como defende as Diretrizes (2012):

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola vem contribuir para que haja a efetiva implantação de uma educação escolar quilombola nas comunidades



remanescentes de quilombos, bem como naquelas que atendem estudantes oriundos dessas comunidades.

As Diretrizes foram criadas com intuito de trabalhar em conjunto com a teoria e a prática, contribuindo para que os educandos possam desconstruir conceitos, reconstruindo-os de forma crítica e consciente, trabalhando nas diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar e transversal, o que possibilitará melhor formação a estes.

Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de "não-crianças", a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais. (OLIVEIRA, 1999).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na educação básica vem com o intuito de favorecer para que ocorra uma implantação permanente de uma educação escolar quilombola nas comunidades remanescentes de quilombos, da mesma maneira que as escolas que recebem alunos oriundos dessas comunidades.

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

Ou seja, é necessário que os professores busquem métodos que trabalhem a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano. Promovendo uma constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida, trabalho e escola. As diretrizes orientam que os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino vise garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades, logo a EJA se encaixa dentro deste critério, uma vez que, a mesma é uma modalidade de ensino da educação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2012):

Prevê em seu documento a efetiva qualificação dos profissionais de educação atuantes nas comunidades remanescentes de quilombos, o mesmo ressalta a importância da formação inicial e continuada dos professores para se obter uma boa prática metodológica voltada para

a educação escolar quilombola.

A EJA precisa além de mais investimentos, de profissionais capacitados e escolas com uma infraestrutura adequada para receber os estudantes e que este espaço de aprendizado possa estar permitindo que os alunos tenham o lugar de fala dentro da sala de aula e que sejam protagonistas de suas histórias, e que esse educador não o torne oprimido e incapaz, mas pelo contrário, que ele seja ouvido e compreendido, visto que, o educador estar ali para aprender juntamente com seus educandos, pois, segundo Freire:

É preciso que o (a) educador (a) saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do (a) educador (a) seja não somente tornar o seu “aqui-agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir além do seu “aqui-agora”, com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do educando e não do seu (FREIRE, 2001. Pág.59).

Freire (2001) defende uma pedagogia “que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação”.

A pedagogia tradicional tem se mantido por muito tempo na sociedade, cenário este onde o poder acaba ficando por muito tempo concentrado nas estruturas de dominação econômica, política, ou seja, nas mãos dos poderosos.

Diante disso, essas pessoas que estão vivendo dentro desse cenário de opressão, passam a ter uma visão limitada e alienada, enxergando no opressor uma possibilidade de amparo.

Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não-crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais. (OLIVEIRA, 1999).

Logo, o professor não deve se considerar enquanto detentor do conhecimento, uma vez que, em sala de aula existe uma partilha, uma troca e isso acontece na relação educador-educando e educando-educador.

Reconhecemos a alfabetização e letramento como momentos fundamentais na vida das pessoas, em destaque para o público quilombola. Nesse sentido apresentaremos algumas considerações no tópico abaixo, abordando o processo de alfabetização e letramento desses sujeitos.

## 2.5 Alfabetização e letramento na perspectiva de Paulo Freire

O processo de alfabetização dentro da EJA precisa ser trabalhado com uma ampla diversidade metodológica. Visto que, o público que compõem o quadro de estudantes da EJA em sua grande maioria são adultos e idosos, logo, estes terão experiências, vivências e histórias completamente diferentes das crianças.

O conceito 'alfabetização' dedica-se ao ensinar/aprender a ler e a escrever, já o conceito 'letramento' não consiste apenas em ler e escrever mas sim no cultivo de atividades de leitura e escrita que respondam às demandas sociais. (MARQUES e RUBIO, 2012, p. 10).

Alfabetizar vai além de ensinar os códigos linguísticos ou a ler uma palavra, o processo de alfabetização precisa ser de forma que o alfabetizado leia e consiga compreender de forma crítica e criativa, principalmente no que tange o seu exercício ativo e crítico da cidadania, bem como suas práticas sociais. E para que esse sujeito alfabetizando chegue ao pleno domínio da leitura e da escrita, é importante que exista uma rotina de práticas escolares e extra-escolares de leitura e de escrita, seja na lista de compras ou na música que escuta, mesmo com todas as dificuldades que perpassam pelo público da EJA.

O ato de alfabetizar precisa acontecer de modo que o cidadão se torne consciente de atos políticos, sociais e econômicos. "A educação é um ato político que pode contribuir para a transformação social e a libertação dos oprimidos." (FREIRE, 1981, p. 39).

Quando o indivíduo é alfabetizado e ganha consciência do que está acontecendo fora e ao redor, ele consegue perceber a opressão que sofre e tenta sair da mesma, mas quando o indivíduo não tem plena capacidade de enxergar o que vive, ele passa a ver o seu opressor como a sua única saída.

Freire (1987) trabalha o conceito de humanizar a nós mesmos e também aos outros, no qual isso só será exequível caso realizemos o nosso livre arbítrio, construindo assim um mundo melhor, que será consequência do nosso trabalho e ação coletiva. O legado Freireano nos remete para a concretização de uma pedagogia humanista, na qual luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela não

alienação e pela importância dos homens e mulheres se afirmarem como seres importantes/capazes.

Essa técnica de desumanização pela qual o referido autor cita, é ocasionada pelos opressores a seus oprimidos. O autor acima citado ressalta que a desumanização não se sucede apenas naqueles que têm sua humanização roubada, mas em quem de forma distorcida tem a sua vocação tirada de si, os fazendo se considerar menos capazes, sendo obrigados a precisar da ajuda do opressor/usurpador.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 1987, p. 16).

A LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, no seu art. 37, que a “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

“§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. (LEI nº 9.394, 1996, Art. 37).

Pessoas não escolarizadas e aquelas que não concluíram a educação básica no tempo regular, puderam ter acesso a cultura letrada através da referida modalidade de ensino da educação básica. Porém, a EJA vem sofrendo um grande desmonte, escolas sendo fechadas, pouco investimento, ausência de turmas, dentre outros fatores. Existe uma série de interferências que vem atravessando por essa etapa da educação que se faz tão necessária na vida de inúmeras pessoas.

Freire, (1982) traz algumas considerações de quando iniciou em sua vida o ato de ler e como isso aconteceu. O autor dá uma grande ênfase à Educação de Jovens e Adultos, deixando claro que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”.

Ou seja, torna-se importante que antes da leitura da palavra, leia-se os gestos, expressões, movimentos, dentre outros. Outro fator importante a se pensar quando se está lidando com a EJA, é o momento de planejar, este precisa ser pensado única e exclusivamente no aprendizado dos educandos, considerando todos os aspectos

necessários que venham a contribuir com o processo de aprendizado destes. O ensino precisa ser pensado a partir de ferramentas presentes no cotidiano do estudante.

Para Freire, (1983) a alfabetização não é um ato de memorização e/ou reiteração, e sim o momento de aprendizagem e contato com o mundo.

Ser alfabetizado se constituiu em um processo de capacidade de ler e escrever de forma crítica, na qual seja possível o uso ativo das práticas sociais. Se o indivíduo ler mas não consegue compreender, é chamado de analfabeto funcional, pois não consegue interpretar a função social da escrita e da leitura de forma crítica e criativa.

Até o ano de 1940, era considerado alfabetizado aquele que simplesmente declarasse que sabia ler e escrever, o que era interpretado como a capacidade de escrever o próprio nome. A partir de 1950, até os dias de hoje, a obtenção de informações sobre o analfabetismo da população se dá por meio da aplicação de duas perguntas, uma delas de auto-avaliação Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 3 – nº 1 - 2012 13 (sabe ler e escrever?) e a outra de determinação da série ou ciclo escolar concluído (o tempo de estudo) (MARQUES e RUBIO, 2012, p.12).

O cidadão que só consegue utilizar as letras para escrita do próprio nome, não deve ser considerado alfabetizado, ele consegue identificar as letras e até fazer a junção das mesmas para a construção de palavras, porém, ele ainda não consegue entender de fato a função da mesma para a escrita de gêneros diversos.

A alfabetização de jovens, adultos e idosos nas escolas de comunidade quilombola precisa partir da compreensão, compreender o uso da palavra a partir de uma perspectiva que possibilite ao educando um olhar para si e para o outro, como pessoas possíveis, capazes e criadores de culturas e valores que permeiam até hoje.

Nunes (2019) afirma que “é vital alfabetizar para a desconstrução de estereótipos, forjar outras formas de se perceber enquanto sujeito produtor de conhecimento, de cultura, de modos de enfrentamento, por vezes imperceptíveis na sua grandiosidade”.

É interessante que o educador desenvolva uma escuta ativa, um olhar sensível, que ele seja capaz de inventar e se reinventar, que ele seja um diferencial na vida dos educandos, proporcionando momentos de leveza para as adversidades que os cercam.

Voltar-se para a especificidade do processo de alfabetização as concepções acerca do tempo são questões a serem refletidas com cuidado; existe um descompasso entre um tempo formal e um tempo real. O tempo formal da escola enquadra competências e habilidades dentro de um período pré-determinado por lógicas da racionalidade didático-pedagógica; o tempo real dos alfabetizandos/as desacomoda o tempo formal na medida em que seus tempos são ritmados por razões de diferente natureza.(NUNES, 2019, pág.13).

Visto que, todas essas questões envolvem diferentes narrativas, como o tempo de trabalho, o ritmo da vida cotidiana, locomoção, profissionais, dentre outros. Muitos desistem do processo de se alfabetizar devido a várias questões, ter filhos para criar e ajudar no sustento de casa acaba sendo tarefas cansativas, o que desencadeiam nessas pessoas o "desinteresse" pela alfabetização, em razão da limitação do próprio corpo a não aguentar mais uma atividade no dia.

É importante falar também dos laços afetivos e afáveis que muitos destes alunos criam por seus professores, passando a querer estudar apenas com o mesmo. A justificativa para tal atitude se dá diversas vezes pela forma como esse educando é tratado/recepcionado na sala de aula, onde o professor consegue criar um ambiente livre e inclusivo, fazendo com que os estudantes se percebam enquanto protagonistas.

### **2.5.1 A alfabetização como ato político: as contribuições de Paulo Freire**

O ato de educar é permitir que o outro se veja enquanto um sujeito de direitos, deveres, onde ele consiga exercer o seu papel social de forma ativa enquanto cidadão. Educar vai além de um ato de amor e cuidado consigo e com o outro, é um ato político onde é possível possibilitar que o sujeito alcance e compreenda a sua realidade.

Segundo Freire (1989) não é possível educar sem estar ligado às questões de poder.

[...]não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isto não significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante. [...] A educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. Nem mesmo em sociedades altamente modernizadas, com classes dominantes realmente competentes e conscientes do papel da educação, ela

é apenas reprodutora da ideologia daquelas classes. (FREIRE, 1989, pág. 16).

Logo, não é possível ensinar sem aprender, educar é um ato político. O professor enquanto agente responsável pela educação dos estudantes precisa assumir o seu papel enquanto um agente político, proporcionando aos alunos uma educação libertadora, de modo que estes não se sintam aprisionados ou oprimidos, a educação precisa proporcionar liberdade e autonomia, caso contrário, estará sendo empregado uma educação bancária, onde o professor é o transmissor do conhecimento e o aluno receptor.

[...]Temos de respeitar os níveis de compreensão que os educandos - não importa quem sejam - estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade. (FREIRE, 1989, pág. 17).

A compreensão sobre o processo de libertação precisa ocorrer por parte do educando, caso contrário, o professor estará assumindo o papel de opressor, querendo impregnar no aluno o seu ponto de vista no que diz respeito ao ato de libertar-se. Enquanto educador ele pode apresentar possíveis caminhos que auxiliem o estudante durante esse percurso, sem a necessidade de impor um único caminho como solução.

Enquanto educador da EJA é necessário se atentar-se ao modo de ensinar, pois os estudantes que compõem essa modalidade não são crianças e sim adultos com uma bagagem muito grande de histórias, vivências e experiências. A forma como eles vêem o mundo é diferente de uma criança, portanto, faz-se necessário trabalhar com questões mais realistas e que fazem parte do cotidiano desses indivíduos. Grande parte do público da EJA vem de uma realidade na qual sempre ocuparam o papel de oprimidos e muitas vezes buscando refúgio aos seus usurpadores. Dessa forma, a partir de suas vivências e leitura de mundo, esses indivíduos podem se libertar à medida que vão obtendo novas experiências.

Só educadoras e educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de serem educados pelos educandos; só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe. (FREIRE, 1989, pág. 17).

O ato de educar torna-se um processo mútuo, onde o educador aprende junto com o educando e o educando juntamente com o educador, o professor não pode se

considerar e nem ser considerado o detentor do conhecimento, educar é uma troca, na qual ambos aprendem juntos. Quando Paulo Freire diz que a educação transforma pessoas e que pessoas mudam o mundo, é pensando justamente nessa perspectiva de uma educação recíproca, de trocas, e não de transmissão de algo, e que diante dessa troca de saberes, experiências e conhecimentos, ambos possam transformar o mundo com base em tudo que foi vivenciado em sala de aula.

Ainda de acordo com Freire (1989) a leitura de mundo e a leitura da palavra estão ativamente juntas, pois o domínio da leitura e da escrita acontece a partir da leitura de mundo dos educandos, de questões ligadas diretamente ao educando e não a questões ligadas à experiência do educador. Uma vez que, a forma do educador ver o mundo é diferente da forma em que o educando ver, portanto, não se pode impor uma visão de mundo única visando apenas as vivências do professor.

Freire (1989) destaca que outrora a Educação de Jovens e Adultos era tratada de forma autoritária, visando apenas a leitura da palavra, descartando a importância da leitura no mundo. A educação desse público acontecia de forma mecânica, sem que houvesse uma visão crítico/reflexiva, o professor trabalhava em um formato parecido a um manual de instruções, onde o aluno apenas seguia as “dicas” sem ter a possibilidade de criar novas possibilidades de resolução do problema proposto, uma educação bancária. Mesmo com anos de luta pela inclusão e acesso das pessoas à educação é preciso pensar que naquele período quando a educação de jovens e adultos chegou a alguns espaços era a única educação que tinha, as pessoas não tinham opções, era aquela ou nenhuma.

Atualmente, a alfabetização de jovens e adultos tem caminhado no tratamento da educação enquanto ato político, reconhecendo a significância da leitura de mundo e leitura da palavra. O estudante da EJA precisa ser incentivado a escrever seus próprios textos, a ser protagonista de suas produções durante a alfabetização e após esse período.

Paulo Freire, durante o período em que atuou com o público de jovens e adultos possuía uma metodologia própria como um ato libertador de ensinar, chamado "ciclo de cultura" esse método era aplicado com o intuito de sair do método tradicionalista de ensinar, onde o professor é o detentor do conhecimento e o aluno



aquele que irá receber, captar todo aquele conhecimento ditado. Nesse ciclo os estudantes tinham a oportunidade/liberdade de expressar seus conhecimentos com base nas leituras e ensinamentos.

O conhecimento prévio do estudante precisa ser levado em conta, os saberes e conhecimentos dos discentes precisam ser vistos como uma possibilidade de ampliação e contribuição no seu processo de alfabetização/aprendizado. Desde a cozinheira ao encanador, pois para exercer tais funções é necessário ter conhecimento e controle. Logo, isso não pode ser deixado fora da sala de aula como algo sem importância. Para Freire (1996):

O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos riscos mesmo remotos de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes. (FREIRE, 1996, pág. 13).

Para tanto, faz-se necessário a ampliação da visão crítica/reflexiva a partir desses saberes, ao modo de melhorá-lo e não excluí-lo, de ampliá-lo e não reduzi-lo. É preciso que haja um alinhamento dos respectivos saberes com a forma de ensinar, para que este espaço de aprendizado mútuo não corresponda apenas a aulas conteudistas.

Para Freire (1996) “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. O estudante consegue ter uma percepção maior do mundo e suas transversalidades a partir de suas inquietações e curiosidades, é perguntando que ele consegue “arrancar” do professor todo o conhecimento que fora necessário para o seu processo de aprendizado.

“E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes”.(FREIRE, 1996).

É a partir de tais condições que surge a possibilidade de se aprender criticamente, como o próprio Paulo Freire traz, se tornando responsáveis pela construção do saber.

“Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos”. (FREIRE, 1996).

Identifica-se assim o papel do educador durante esse processo, no qual o estudante pôde compreender que é possível aprender a partir do seu aqui e agora, sem que apenas o conhecimento do professor seja impregnado.

Segundo Freire (1996) faz-se necessário que o educador diante da sua tarefa docente instrua o educando a pensar de forma coerente, certa, e não apenas ensinar o conteúdo, se tornando assim um professor crítico e não apenas um repetidor de conteúdo.

No tópico posterior discorreremos sobre a EJA na comunidade referenciada e como esse processo de alfabetização é realizado na mesma.

## **2.6 A EJA na Comunidade Quilombola de Gavião**

A referida comunidade, outrora não possuía escola localizada dentro da mesma, logo, as crianças precisavam se deslocar até a comunidade mais próxima para estar estudando, a professora responsável ministrava aulas até a antiga quarta série do Ensino Fundamental I, após concluir essa etapa da Educação Básica, os pais encaminhavam os filhos para a escola que ficava localizada na Sede da cidade de Antônio Cardoso-Ba para estarem cursando o Ensino Fundamental II e o Médio.

Porém, os moradores da Comunidade Quilombola de Gavião em sua maioria eram famílias pobres, carentes e não tinham condições de custear a educação dos filhos, uma vez que, naquele período o estado não disponibilizava materiais didáticos, transportes e uniforme grátis para os estudantes, dessa forma, colocar os filhos na escola se transformava em mais despesas para as famílias do que apostar num futuro promissor, dada as condições objetivas das referidas famílias pauperizadas. Dessa forma os residentes da comunidade foram ficando cada vez mais distantes do direito à educação.

Atualmente, os moradores da comunidade que outrora tiveram o direito à educação negado tem um anseio muito grande em adentrar no espaço educacional, mas ainda tem se deparado com gestões municipais que não investem na educação destes. Alguns conseguiram estudar até metade do EF1, não completando o processo de escolarização, outros não tiveram a oportunidade de se alfabetizarem, diante de inúmeros motivos que os levaram a se distanciar da escola. A quantidade de pessoas não alfabetizadas dentro da comunidade chega a ser alarmante, considerando todo o avanço que tivemos durante os últimos anos.

Com toda modificação do cenário político, hoje, não se sabe qual é o posicionamento da Fundação Cultural Palmares com relação às comunidades quilombolas e seus anseios.

A comunidade não possui uma escola completamente localizada em seu território, o que tem levado grande parte dos jovens e adultos quilombolas a serem deslocados para fora da comunidade, e com isso a comunidade tem sofrido com a ausência de transportes dignos e capacitados para transportar esses estudantes de forma segura. Segundo Lopes, 2018:

[...] observa-se que um grande número de comunidades não possui escolas quilombola, ou seja, escola situada no território quilombola O que leva crianças, jovens e adultos quilombolas a serem transportados para fora de suas comunidades de origem. Observa-se que as unidades educacionais estão longe das residências, o acesso é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo das escolas localizadas fora da comunidade muitas vezes está longe da realidade histórica e cultural destes alunos e alunas.

Logo, presume-se que crianças, jovens e adultos oriundos de comunidade quilombola das diferentes etapas da Educação Básica, estão entrando nas escolas tanto da comunidade, quanto das que recebem estes, e saindo sem conhecer o básico da sua própria história, cultura, ancestrais, dentre outros, porque os professores atuantes não trabalham as questões da educação escolar quilombola nas salas de aulas, levando em consideração que estes professores em sua maioria não possui formação inicial e continuada para atuarem com discentes oriundos de comunidades quilombolas, e isso, infelizmente acaba reforçando o preconceito que muitas vezes está enraizado nestas pessoas.

Portanto, faz-se necessário a abertura de turmas na escola da Comunidade Quilombola de Gavião, para que as pessoas que foram afastadas desse contexto possam estar tendo acesso a algo que é seu por direito, considerando que a mesma

está assegurada na Constituição de 1988.

A abertura de turmas para a EJA na comunidade poderá resultar em um retorno benéfico para os moradores e para a própria comunidade, pois a partir do momento que esses sujeitos passam a ter contato com a escola, provavelmente ambos terão acesso direto a história da comunidade, ao possível fundador da mesma, bem como o reconhecimento, aceitação e valorização da sua própria identidade. E a partir desse breve contato com a história do lugar em que vive, vai ser possível acompanhar esses estudantes e analisar como eles estão lidando com todas as informações, e principalmente com as questões raciais. Considerando que os conteúdos aplicados pelos professores estejam vinculados diretamente à cultura do local em que os sujeitos estão inseridos, respeitando o seu modo vida, religião, política, manifestações culturais, tradições dentre outros. Além de conhecerem a história de outras comunidades e como se deu esse processo de construção das mesmas.

[...] A EJA deve atender às realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida. A proposta pedagógica da EJA deverá ser contextualizada de acordo com as questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das comunidades quilombolas. (CNE/CEB. 2012).

A EJA nas escolas de comunidades quilombolas precisa caminhar lado a lado com a realidade e cultura local, isso não significará que os parâmetros da educação será deixado de lado, pelo contrário, ele será complementado, para que assim a educação desses estudantes venha ser uma educação de qualidade, a qual possa estar atendendo às realidades destes.

A EJA precisa ser vista como uma oportunidade de integração e reintegração daqueles que tiveram seus direitos furtados, acabar com a EJA ou não ofertar esta modalidade nas escolas dos territórios é uma maneira de permanecer com esses cidadãos aprisionados em um modelo de sistema que visa o autoritarismo e não permite que a classe mais prejudicada (os trabalhadores) tenham acesso a tal.

Promover a inclusão desse público na escola é um ato de reparação histórica, é uma forma de “devolver” a essas pessoas algo que lhe foi tirado. E para falarmos mais sobre como a política atua na educação escolar quilombola, iremos discutir no próximo tópico como os governantes têm atuado para com esse público.

## **2.7 Visão política na Educação Escolar Quilombola**

Em março de 2004 foi lançado um programa que tinha como intuito estabelecer as linhas da política de Estado para os territórios quilombolas. Dentro do programa existem alguns eixos voltados para a educação desse público. Neste mesmo ano o Conselho Nacional de Educação instaurou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2009 a resolução CNE/CP nº 01 de 2004 que cria as diretrizes foi homologada, dia este que marcou a educação brasileira.

Quando as diretrizes foram criadas, foi-se pensado caminhar em algumas proporções relevantes para a educação, pensando no contexto da educação voltada para as relações étnicos raciais, tendo: Formação docente, revisão curricular e a construção das diretrizes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são o instrumento legal que orientam para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, em seu artigo 26-A, tornando obrigatório o ensino de história e cultura e afro-brasileira e africana na educação brasileira. (CNE/CP Nº 01/2004).

A Lei 10.639/2003 que determina o ensino da História da África e da Cultura afrobrasileira nos sistemas escolares tornou-se uma das primeiras leis assinadas pelo ex presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecendo a relevância de ensinar as histórias africanas e afrobrasileiras nas instituições escolares no intuito de findar a discriminação existente na sociedade, e diminuir os mais diversos tipos de desigualdade, tornando-se um divisor de águas na educação. Os grupos mais excluídos e discriminados (negros e pobres) puderam enxergar e ocupar o seu lugar na sociedade, mesmo que de forma lenta, nos espaços que há muito tempo não lhes eram permitidos.

Em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na educação básica foram criadas, estabelecendo o ensino nas escolas situadas em comunidades remanescentes de quilombos, pautando nas realidades socioculturais dos estudantes e visando a sua crença, cultura, vivência, dentre outros

aspectos que se tornam importantes no processo formativo do estudante de comunidade quilombola. Para que houvesse uma verdadeira efetivação das diretrizes foi preciso incluir a formação inicial e continuada para os professores que iriam atuar nesses espaços, bem como a construção do próprio material didático, para que a educação desses indivíduos não se desvinculasse das realidades do público, tendo como passo inicial a ampliação do currículo escolar, para que o mesmo viesse a atender as particularidades de cada estudante.

No entanto as Diretrizes vêm sendo pouco utilizadas nas escolas quilombolas, em razão de que muitos professores atuantes são de fora da comunidade, e alguns destes não se atentam para as diretrizes, o que rege a educação escolar quilombola, além de não possuírem formação continuada para tal exercício.

Dentre as finalidades estabelecidas para o ensino da educação escolar quilombola, focaliza os incisos VI e VII, presentes na resolução, ambos evidenciam a necessidade de:

- VI- Zelar pela garantia do direito à educação escolar quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;
- VII- Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da educação básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, cultura e da realidade brasileira. (BRASIL, 2012, p. 5).

De acordo com a concepção de educação que as Diretrizes curriculares determina, inclui-se também o direito à educação, liberdade, exercício pleno da cidadania, dentre outros. O documento também enfatiza a valorização da diversidade cultural e sócio-cultural, bem como, a manutenção das manifestações culturais.

Nessa concepção de enriquecer a discussão a respeito da educação quilombola, torna-se necessário a expansão do assunto, é preciso discutir desde o reconhecimento a aceitação identitária, é imprescindível envolver a discussão sobre a identidade do indivíduo que reside nos quilombos. Conforme Gomes (2002, pág, 39):

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à

construção da identidade negra. É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela nossa própria identidade.

Abranger o debate sobre identidade, reconhecimento e aceitação é de extrema relevância, para que o indivíduo entenda o processo de construção histórica, social e cultural que os envolve e designa quem eles são e de onde vieram. Pensando na realidade do público da EJA, muitos possuem consciência a respeito da discussão sobre as relações étnicas, pois são pessoas com vivências, histórias, que trazem na sua bagagem de vida, experiências que não devem passar despercebidas na sala de aula.

Mas que essa forma de educar aconteça de forma plural, é necessário que os professores sejam capacitados para tal, em um processo de formação inicial e continuada. No tópico seguinte iremos dialogar relativamente sobre a importância do professor atuante ser capacitado adequadamente para atuar nas escolas de comunidades remanescentes de quilombo.

### **2.7.1 Formação de professores na educação escolar quilombola**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola na educação básica determina como um dos eixos principais para efetivação da educação escolar quilombola a formação inicial e continuada dos professores que irão assumir o papel de educador nas escolas de comunidades remanescentes de quilombos, trazendo para estes educadores novos desafios. Será através da formação que o professor atuante poderá criar metodologias inovadoras para trabalhar com estes alunos.

A superação ou o preenchimento das lacunas identificadas nos processos formativos, principalmente na formação de professores(as), precisam ser debatidos e incorporados não apenas por alguns setores e instituições formadoras desses profissionais, mas também pelo conjunto dos espaços por onde passam a formação, seja ela inicial ou continuada. (SILVA, 2014, pág. 26).

No cenário da educação escolar quilombola o professor precisa ser mais que apenas um “repassador” de conteúdos, a sua prática docente precisa estar agregada às necessidades dos estudantes e se esta fará algum sentido para estes.

Algumas intervenções que já foram feitas visando a solidificação dos conteúdos relacionados às questões étnicas-raciais são ações que vem a contribuir com a construção de um novo pensar e uma nova visão para a educação.

Para que haja uma verdadeira efetivação na formação de professores dentro do contexto da educação quilombola, o MEC disponibiliza um recurso financeiro que é feito em período anual para apoio financeiro aos sistemas de educação, o valor disponibilizado é destinado tanto para a formação dos profissionais de educação, como para melhoria e amplificação do espaço físico escolar e construção do material didático. De acordo com MEC, o número de professores capacitados é insuficiente para atender a quantidade de estudantes matriculados nas escolas em áreas quilombolas.

Cabe ao professor que for atuar nesses espaços passar pela formação, visto que, muitos não têm acesso direto à educação escolar quilombola nas universidades e faculdades.

Essas ações se traduzem, por exemplo, pela criação da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), em 2003, e da criação, em 2004, no Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), hoje Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), a última com o propósito de tornar-se o lócus para coordenar, planejar e fomentar o desenvolvimento das políticas educacionais voltadas para as especificidades, dentre elas a educação escolar quilombola.(SILVA, 2014, pág. 26).

No entanto, esses locais criados não têm garantido a ampliação em sua totalidade desses temas no ambiente escolar. É necessário que haja mais investimentos nas áreas responsáveis, para que se possa criar novas concepções epistêmicas na educação, incluindo novos olhares com relação aos educadores, que essa educação venha a ser inclusiva, livre e afetiva, no sentido de afetar, tocar o estudante ali presente.

Vale salientar que muitas comunidades quilombolas não possuem professores locais devido ao não acesso à educação, provocando um alto índice de analfabetismo dentro das comunidades, levando as mesmas a buscarem professores



de fora, que muitas vezes estão completamente distantes da realidade dos estudantes.

A implantação da modalidade de educação quilombola insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, no sistema escolar.(MIRANDA, 2012, pág. 374).

A educação escolar quilombola tem vivenciado uma série de desafios que vêm sendo postos ao longo da sua criação. O pouco reconhecimento desta modalidade tem estado presente nas escolas dos quilombos e naquelas que recebem estudantes oriundos destas. Através do recurso financeiro disponibilizado pelo MEC para a produção de material didático próprio e com o estímulo do PNAE a referida modalidade tem ganhado mais visibilidade. No entanto, existe uma série de indefinições presentes na educação escolar quilombola, no que diz respeito aos espaços escolares, utilização de material didático específico e a formação de professores.

De acordo com o levantamento realizado pelo Ministério da Educação o número de professores para atuarem nas escolas quilombolas é incompatível com a quantidade de alunos e escolas, possuem muitos alunos para uma quantidade ínfima de professores, o que pode vir a contribuir com o fracasso escolar, pois os professores terão que lidar com salas superlotadas, em condições precárias para dar aula, sem contar com o despreparo de muitos profissionais, pelo fato de não terem aperfeiçoado a sua prática pedagógica para trabalharem com o referido público.

O processo de escolarização nas comunidades quilombolas é o resultado da conquista do direito à educação que foi negado por muito tempo, hoje, esses sujeitos já se veem enquanto cidadãos de direitos e continuam lutando por seu lugar na sociedade e nas agendas do governo.

No próximo tópico discutiremos sobre as políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombo, ainda que inúmeras dessas políticas não chegam às comunidades, e quando chegam não são de fato efetivadas

### **2.7.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas**

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido criada, reconhecendo os direitos do cidadão, parte da população ainda se sentia excluída dos projetos governamentais. A população quilombola até então não tinha os seus direitos garantidos, o que os deixavam vivendo em intensa ameaça pela perda de suas terras para os grandes produtores. Os quilombolas passaram a ter parte dos seus direitos assegurados com a criação de algumas secretarias e programas, onde incluía a proteção dos direitos e a diminuição da discriminação racial que assolava o país.

Com a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial e do Programa Brasil Quilombola essa categoria pôde ter como direito garantido o acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania, presentes no PBQ.

As políticas públicas voltadas para a população quilombola são regulamentadas por meio de ações afirmativas. No ano de 2000 tais ações puderam ser utilizadas, através da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR).

A partir do século XX vem gerando inúmeros debates acerca da regularização dos territórios quilombolas. As políticas públicas no contexto das comunidades quilombolas têm vivenciado uma espécie de avanço, o que vem garantindo, ainda que de forma lenta a inserção destes em determinados espaços, não somente nas escolas, mas na própria sociedade, desde a abolição da escravidão. As comunidades quilombolas vivenciaram um grande avanço com a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, a mesma prestou um papel fundamental, coordenando políticas com viés protetor do direitos dos cidadãos e de grupos étnicos e raciais, dando maior ênfase a população negra. A mesma trabalhava juntamente com outras secretarias com o objetivo de exterminar a desigualdade racial no país.

Em março de 2004 foi criado o Programa Brasil Quilombola, o mesmo possui os seguintes suportes norteadores: a) acesso à terra; b) infraestrutura e qualidade de vida; c) desenvolvimento local e inclusão produtiva; d) direitos e cidadania.

[...] Em 2007 houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) com a finalidade de melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio de edificação de estradas, abastecimento de água e também a regularização fundiária. (SILVA, 2018, pág. 122).

Em 2007 foi criada a portaria da Fundação Cultural Palmares, que instaura o processo de certificação das comunidades quilombolas, bem como o INCRA que é responsável pela parte burocrática, ficando a frente do processo de demarcação e titulação das terras quilombolas.

Em 2015, a secretaria (SEPPIR) passou por uma reforma, o que provocou um grande desmonte na luta dos quilombolas. A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) quando criada foi vista como um verdadeiro avanço da categoria quilombola, pois a mesma tinha um viés político voltado para a diminuição das desigualdades raciais no Brasil. A (PNPIR) possui alguns princípios a serem geridos, como: a) transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; b) gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola.

Atualmente, com o grande desmonte político pelo qual o país passou, as comunidades quilombolas em sua grande maioria não conseguem contar com a Fundação Palmares como uma aliada das mesmas, diante de todo ataque que as mesmas vem sofrendo e não conseguem perceber um posicionamento da referida fundação no que diz respeito à manutenção e preservação das comunidades quilombolas.

O Programa Brasil Quilombola quando criado articulou-se em 4 eixos orientadores, a fim de garantir aos quilombolas acesso a tal. Mas a realidade das comunidades são bem distintas do que o programa traz, principalmente transitando pelo viés de acesso à terra. Grande parte das comunidades quilombolas têm suas terras em posse de grandes fazendeiros, o que dificulta o processo de demarcação e titulação, é necessário um acompanhamento para saber os limites da comunidade para que haja uma negociação e assim ocorra a titulação da mesma. porém, grande parte das comunidades sofrem com o baixo grau de escolarização o que impede

destas pessoas correrem atrás dos seus direitos por falta de instrução e conhecimento.

Há uma baixa quantidade de certificações concedidas para as comunidades quilombolas se comparado com as comunidades existentes. De acordo com o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas da SEPIR (2013), foram certificadas pela FCP, até 2013, apenas 2040 comunidades quilombolas. Já quando se fala em titulação, o número ainda é mais modesto, pois, até 2013, apenas 207 comunidades quilombolas tinham sido tituladas pelo INCRA. Isso demonstra que apesar de a titulação dos territórios quilombolas ser a base para a existência dos outros três eixos do PBQ – já que ele consolida o passo fundamental da comunidade ser reconhecida juridicamente como tal e ser concedido o seu direito de acesso à terra para que haja a continuidade da sua cultura e identidade – ainda é o eixo onde há a efetivação mais baixa das políticas públicas para os quilombolas. (SILVA, 2018, pág. 123).

Por isso, faz-se tão necessário a realização de estudos acerca da execução do Programa Brasil Quilombola a partir dos seus 4 eixos. Pois, sem uma análise de perto não é possível garantir que os eixos do programa estão sendo colocados em ação, o que deixa a população quilombola ainda mais vulnerável.

Dentro dos 4 eixos presentes no PBQ, a Comunidade Quilombola de Gavião foi pleiteada com alguns programas, como: programa luz para todos, programa bolsa família, programa cisternas, dentre outros. Ainda assim, com a criação do programa em 2004, a energia elétrica só chegou na comunidade em 2008, 4 anos após a criação do mesmo e o programa cisternas um pouco depois. Diante disso, percebe-se o quanto a comunidade vem sofrendo com a escassez de políticas públicas, mesmo existindo um documento que garanta a essas pessoas acesso a tal.

O programa Brasil quilombola também contribui de forma significativa para o alcance dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria. Isso porque parte significativa das Comunidades Quilombolas é público alvo do Brasil sem miséria: segundo dados do MDS, pelo menos 74,7% famílias quilombolas situam-se abaixo da linha da extrema pobreza.(PBQ, 2004, pág. 12).

A criação do programa contribuiu e ainda contribui, mesmo que de forma desacelerada, com a diminuição da pobreza dentro das comunidades, dentre outros aspectos.

A Comunidade Quilombola de Gavião ainda hoje continua sendo uma comunidade muito carente entre vários aspectos, principalmente no quesito financeiro, a mesma está localizada em uma cidade pequena, do interior da Bahia, onde não possui geração de empregos, provocando o alto índice de desemprego e

evasão dos moradores para as cidades circunvizinhas. Com a chegada da pandemia do novo coronavírus em 2020 o índice de desemprego dentro da comunidade aumentou ainda mais, e conseqüentemente a miséria.

O Programa Brasil Quilombola foi criado após mais de um século que a escravidão foi abolida no Brasil, significando que durante todo esse período os quilombolas estiveram excluídos dos planejamentos do governo, logo, não existia nada que contribuisse com a inserção desses indivíduos na sociedade, tampouco o exercício pleno da cidadania. Os quilombolas não tinham direitos, apenas deveres, pois até então não existia uma lei ou programa que os incluíssem na sociedade, enquanto cidadãos de direitos.

No próximo tópico será discutido e apresentado as políticas públicas que existem na comunidade mencionada e a relevância destas para os moradores.

### **2.7.3 Existência de algumas políticas públicas na Comunidade Quilombola de Gavião**

A princípio, verificarei dentre 10 (dez) políticas públicas presentes no Programa Brasil Quilombola, quais destas existem na Comunidade Quilombola de Gavião.

**Tabela 1 - Políticas públicas na Comunidade Quilombola de Gavião**

<b>Política Pública X Comunidade</b>	<b>Gavião e adjacências</b>	
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>Política pública</b>		
Programa Bolsa Família	x	
Programa Habitação Rural		x
Programa Luz para Todos	x	
Programa Cisternas	x	

Programa Água para Todos		x
Selo Quilombos do Brasil		x
Educação Quilombola		x
Busca Ativa - CADÚNICO	x	
DAP (Declaração de Aptidão ao pronaf)	x	

Fonte: Presidente da associação de moradores da respectiva comunidade (ACRQGA)

Na tabela acima é possível observar que grande parte das políticas públicas presentes no Programa Brasil Quilombola não chegou à Comunidade Quilombola de Gavião, principalmente à educação quilombola, que se faz tão necessário para a formação do indivíduo no contexto no qual está inserido. A ausência da educação contribui para a escassez de diversas outras políticas, em razão de não possuírem conhecimentos suficientes para buscarem os seus direitos.

Grande parte dos moradores da referida comunidade desconhecem as secretarias e programas que asseguram os direitos dos quilombolas, levando parte da população a acreditar que o título de quilombo é um retrocesso, um impedimento de resolver coisas básicas, exemplo, a emissão da DAP. Isso tem acontecido devido a escassez educacional pela qual a comunidade vem sofrendo desde a sua criação.

Diante desse resultado, ficou evidente que as políticas públicas voltadas para esse público nem sempre irão beneficiar a todos os indivíduos ou a todas as comunidades remanescentes de quilombo, cabendo aos responsáveis por tais uma maior verificação se estas políticas vêm atendendo a todos.

A Comunidade Quilombola de Gavião desde a sua certificação pela Fundação Cultural Palmares enquanto comunidade remanescente de quilombo vem sofrendo com a ausência de políticas públicas, principalmente relacionadas à educação das pessoas que moram na comunidade, bem como na manutenção e fortalecimento da cultura local.

A referida comunidade é carente de muitas políticas públicas, o que vem tardando e/ou dificultando com o processo de aceitação dos moradores, bem como no processo de construção identitária, levando em consideração toda a ausência das

seguintes políticas que constam na tabela. Outrora, a ausência de informações na comunidade levou alguns moradores a não quererem mais o título de quilombo na comunidade, pois, segundo eles, isso estava dificultando o acesso a alguns benefícios, incluindo a emissão da DAP.

É possível associar esse episódio com a falta de informação, diálogo e debate dentro e fora das escolas, o que levou muitos a ter esse tipo de atitude.

A comunidade possui uma escola que se encontra em ruínas, com uma infraestrutura completamente comprometida, sem um quadro completo de profissionais e sem ter acesso à educação escolar quilombola. A mesma não tem capacidade de atender todas as etapas da educação básica, levando os estudantes a serem transferidos para outras escolas do município, escolas estas que não trabalham de forma afetiva com as questões que envolvem a educação escolar quilombola, levando em consideração a realidade dos estudantes.

O programa cisternas foi um divisor de águas na vida dos moradores da comunidade. Ainda que a comunidade já tenha água encanada, ainda acontece muito a escassez de água, e com a chegada da cisterna em 2012, esse problema veio a reduzir, acontecendo apenas de forma esporádica.

O programa bolsa família, pela qual a comunidade foi beneficiada é o que tem garantido e contribuído com o sustento de muitas famílias da comunidade, em razão de que muitos não possuem emprego fixo, considerando que, muitas pessoas que se encontram desempregadas são resultados do não acesso à educação, levando muitos a serem trabalhadores autônomos, pela ausência de qualificação, logo, essa realidade acaba os levando a não terem oportunidades no mercado de trabalho.

No próximo tópico apresentaremos a parte prática da pesquisa, contando da metodologia, aos resultados obtidos.

### **3. Metodologia**

As etapas desta pesquisa compreendem em: estudo teórico sobre o tema e pesquisa de campo. Com o estudo teórico a pretensão é aprofundar acerca da

educação escolar quilombola e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com ênfase na Comunidade Quilombola de Gavião.

A pesquisa de campo analisará o comportamento dos sujeitos entrevistados com relação à educação e o que levou a sua desistência ou não acesso a tal.

Como metodologia para análise da pesquisa foi utilizada a qualitativa.

Segundo Malhotra et al (2005) o objetivo da pesquisa qualitativa é a obtenção da compreensão qualitativa do problema. A mostra é tomada por um número pequeno de casos. A coleta dos dados não é estruturada e sua análise não é estatística.

Logo, a mesma trata-se de uma abordagem de pesquisa, que tem como principal objetivo estudar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura.

Como abordagem metodológica, foi utilizada a pesquisa de campo, que é um método que busca se aprofundar nas questões que foram propostas, do que a ordenação dos aspectos da população em diferentes circunstâncias. (GIL; 2010, pág. 57).

Logo, a pesquisa de campo está relacionada a todo trabalho realizado a partir de documentos, pessoas, comunidades, dentre outros.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.69) “ Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta.”

Ou seja, a pesquisa é realizada no local onde o fenômeno acontece, com a pretensão de descobrir e/ou solucionar este fenômeno/problema.

Para GIL (2010) a estruturação da pesquisa de campo tende a “estudar um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação”.

A pesquisa de campo será responsável por analisar o comportamento dos sujeitos participantes em relação ao seu abandono e afastamento da escola no tempo regular.



Sendo assim, na referida pesquisa foi-se analisado os fenômenos que envolvem os moradores da Comunidade Quilombola de Gavião para que fosse identificado o que tem provocado o alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental 1 na comunidade pela geração mais velha.

A seguinte pesquisa caracterizou-se a partir da realidade de vida dos sujeitos da Comunidade Quilombola de Gavião, comunidade esta, carente, que sofre com a ausência de políticas públicas, principalmente no que envolve a educação dos moradores, que tem sido bastante afetada. Mesmo constando no Programa Brasil Quilombola a diversidade de políticas públicas para os quilombolas, muitas dessas ainda não chegaram na Comunidade Quilombola de Gavião. Por essa razão foi escolhido este método de pesquisa de campo para a execução da pesquisa.

O método de pesquisa utilizado para consumação da pesquisa possibilitou uma variedade de informações e uma diversidade de dados coletados. Como instrumento para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas no formato semi estruturada, questionários, registros de áudios e anotações em um diário de bordo.

### **3.1 Escolaridade das participantes da pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida com cinco mulheres da comunidade, sendo duas não alfabetizadas e três que não concluíram a primeira etapa da educação básica, com o intuito de descobrir o que tem provocado o alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental 1 pela geração mais velha. Ao decorrer da pesquisa perceberemos o que levou os sujeitos participantes da pesquisa a abandonarem a escola, se as mesmas têm o desejo em retorná-la e quais foram os critérios para a escolha do caso.

#### **3.1.1 Critérios para escolha do problema**

A escolha por realizar a pesquisa na Comunidade Quilombola de Gavião se deu através das minhas vivências e experiências enquanto moradora da mesma, desde o meu nascimento. Desde que me reconheci enquanto quilombola tenho

percebido o quão carente de políticas públicas a comunidade é, principalmente na educação. A comunidade sofre com uma taxa muito alta de analfabetismo pela geração mais velha, e isso se deu pelo fato de que essas pessoas enquanto cidadãos de direitos e deveres perante a Constituição de 1988 tiveram o seu direito à educação roubado, tirado de si, da forma mais cruel possível.

A realização da pesquisa com esses sujeitos é uma forma de mostrar para eles o seu direito de acesso à educação enquanto cidadão e também a violência sofrida por eles, e que muitos não percebem, porque foram sempre colocados no lugar de minorias e inferiorizados por quem tinha um poder aquisitivo maior.

Diante do que foi exposto, optei por realizar a coleta de dados com algumas pessoas da comunidade na qual eu já possuía um vínculo a fim de chegar a uma conclusão do que de fato impediu essas pessoas de não terem acesso à educação no tempo regular. Essa condição foi de extrema importância, pois facilitou a conversa e a utilização do instrumento para coleta de dados entre os sujeitos que estavam sendo entrevistados. Em razão da entrevistadora já ter um vínculo com os entrevistados, estes, se sentiram mais à vontade para contribuírem de forma ativa na pesquisa.

### **3.1.2 Participantes da pesquisa**

Participaram da pesquisa cinco moradoras da Comunidade Quilombola de Gavião, como já mencionado acima, duas não alfabetizadas e três que não concluíram a primeira etapa do Ensino Fundamental 1. Para que a participação fosse de fato efetivada, os sujeitos participantes assinaram um termo de consentimento livre, onde constava informações de como a pesquisa seria desenvolvida e a segurança do seu anonimato.

Para que a pesquisa pudesse ser realizada dentro da comunidade a presidente da associação de moradores recebeu um termo de autorização permitindo a realização da pesquisa na referida comunidade. Com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios de origem africana, sendo assim denominados de Dandara, Adah, Alyssa, Adelaide e Amara.

Observaremos que as entrevistadas possuem justificativas semelhantes com relação ao abandono e não acesso à educação.

As participantes da pesquisa possuem idades entre 47 e 71 anos, ambas se declararam enquanto mulheres negras, exceto uma das participantes, que afirma ter pele de cor morena. Quatro das entrevistadas são viúvas e possuem filhos. Todas afirmaram serem heterossexuais. Ambas possuem a escolarização incompleta, onde algumas delas sequer saíram da cartilha e/ou conseguiram ingressar na escola.

### **3.1.2.3 Instrumentos de coleta de dados**

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, gravação de áudio e anotações em um diário de bordo. Os instrumentos foram previamente apresentados aos participantes para que ambos se sentissem à vontade para que a coleta pudesse ser realizada.

A entrevista aconteceu entre a pesquisadora e o entrevistado de forma individual no ambiente de seu lar.

A entrevista aconteceu no formato não estruturada, para que as entrevistadas ficassem à vontade para responder as questões em um formato de bate papo e não se sentirem intimidadas para respondê-las. Neste tipo de entrevista, segundo MARCONI; LAKATOS (2011, p.82) "as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal."

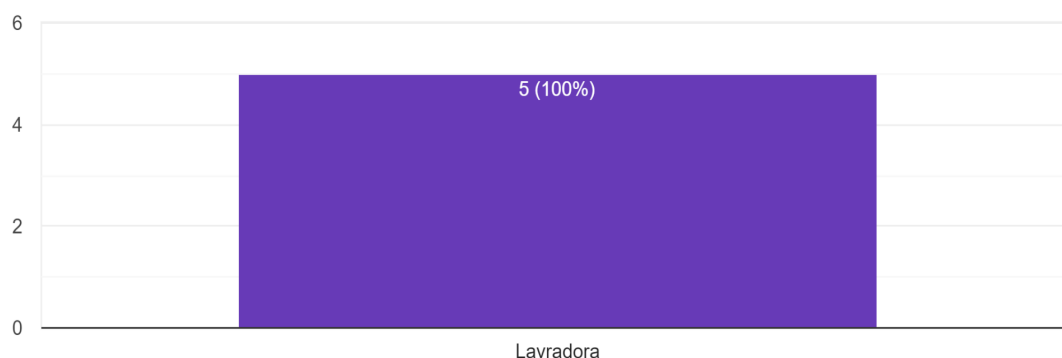
Este método é importante pois permite que o entrevistado seja natural ao responder as perguntas, sem que se sinta pressionado ou até mesmo recuse por acreditar que não sabe responder o que está sendo posto.

## **3.2 Apresentação e análise dos dados**

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa qualitativa realizada na Comunidade Quilombola de Gavião, conforme a metodologia já apresentada, mediante uma pesquisa de campo que elucida o cenário educacional na referida comunidade.

### Gráfico 1 - profissão das entrevistadas

Profissão  
5 respostas



No gráfico acima é possível observar que todas as participantes são agricultoras, trabalhadoras do campo. As mesmas relataram que a agricultura era a principal fonte de renda da família, visto que, eles não possuíam estudos, logo, as oportunidades não os alcançaram.

Pode-se constatar que esse pode ter sido um dos fatores que as impossibilitou a continuidade e acesso à educação.

Outras crianças, outros adolescentes, jovens e adultos das periferias, dos campos, trabalhadores, pobres, negros, indígenas e quilombolas que vão chegando às escolas públicas e à EJA não lutam apenas pelos conhecimentos escolares a que têm direito. Disputam o direito a conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de outra história social, racial e de classe que vivenciam e que têm direito a saber para entender-se. Disputam o direito a que os saberes dessa outra história de segregação e de emancipação sejam incorporados como seu direito ao conhecimento. (ARROYO, 2017, pág. 21).

Essas pessoas lutam por um direito que foi roubado, pois perante a Constituição de 1980 todos devem ter acesso à educação, pois é um direito pertencente a toda a população. Porém, nem sempre a Constituição foi respeitada ou a lei foi seguida. Essas pessoas permanecem até hoje sem ter direito à educação, vítimas da negligência governamental.

Não cheguei a estudar porque quando era nova o povo dizia que a gente ia estudar e pra trabalhar na roça? tinha que trabalhar na roça, desistir por causa da roça. (Entrevistada Adelaide).

Ou seja, não existia a opção entre estudar e trabalhar, era apenas trabalhar, pois devido às condições financeiras da família, estudar era considerado luxo, algo que as famílias não conseguiam bancar, e muitos pais por não terem tido oportunidades de estudo condicionaram a ideia de que estudar não era algo tão importante para que seus filhos pudessem ter acesso. De acordo com a entrevistada Adelaide, é possível perceber que não existia incentivo por parte dos pais para que ela pudesse estudar, era algo caro, o Estado não custeava os materiais didáticos, transportes e/ou fardamentos e isso se transformava em um motivo plausível para não permitir que os filhos estudassem e fossem viver da agricultura.

Porque na época pai e mãe trabalhava na roça e a gente tinha de ir chegar a ajudar eles na roça. Quando eu achei a chance de estudar, pai mais mãe não tinha condições de me dar as coisas. Aí a gente tinha de ir trabalhar pra poder a gente ter as coisas da gente. (Entrevistada Alyssa).

Nota-se que mesmo todos trabalhando na agricultura as famílias não conseguiam dar conta das demandas financeiras, o que levava os filhos a trabalharem o dobro para ajudá-los, as etapas de vidas não foram respeitadas. Pode-se observar que essas pessoas não vivenciaram a sua infância, pois foram criados e ensinados a trabalharem desde cedo.

A possibilidade. De ir pra roça mesmo. Porque papai fazia roça, roça grande e tinha interesse que a gente tivesse ali trabalhando. (Entrevistada Dandara).

Logo, estudar não era prioridade para essas famílias, já que era da roça que tirava o sustento de casa.

Deduz-se que, grande parte dos moradores da comunidade citada não tinham conhecimento acerca dos seus direitos. E mesmo alguns tendo o pouco acesso à educação, presume-se que não era algo trabalhado na sala de aula, os estudantes

não eram informados acerca da existência da constituição que assegura os direitos de todos.

Há alguns anos a Comunidade Quilombola de Gavião recebeu a visita de alguns representantes do INCRA para tratar a respeito da demarcação de terras, que até então a comunidade desconhecia esse direito que as comunidades quilombolas possuem. Ao ser informado que era necessário a sinalização de início e fim da comunidade, parte dos moradores se negaram, pois uma grande parcela das terras da comunidade foram tomadas, cedidas e/ou vendidas aos grandes fazendeiros, latifundiários que ficam ao entorno da comunidade.

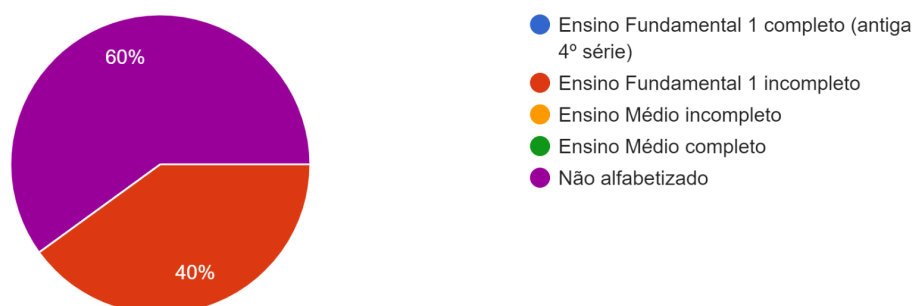
Existe uma dívida histórica e cultural para com os moradores da comunidade, os mesmos vivem aprisionados no esquecimento e na opressão, a comunidade tem travado desde a sua construção uma grande luta por reconhecimento e acesso a direitos. As políticas públicas não chegam a comunidade, logo, não são efetivadas. O Programa Brasil Quilombola traz em seu documento uma sequência de políticas públicas que as comunidades quilombolas têm direito. Mas por que essas políticas não são de fato efetivadas? E o que a ausência dessas políticas podem impactar na vida dos moradores destas?

A ausência de políticas públicas efetivadas tem afetado em grande escala o reconhecimento, saúde, educação, segurança, dentre outros das comunidades quilombolas.

Devido a esses fatores, os moradores da comunidade Quilombola de Gavião têm sido de certa forma obrigados a saírem da comunidade em busca de oportunidade de emprego, educação e saúde.

## Gráfico 2 - escolaridade das entrevistadas

Escolaridade  
5 respostas



Os dados apresentados mostram que 60% das entrevistadas não são alfabetizadas e 40% destas cursaram parte do EF 1. A partir dos dados coletados, todas elas afirmaram ter deixado a escola para trabalhar com a família na agricultura, alegando ser a única fonte de renda. Aquelas que conseguiram estudar uma parte da educação básica na comunidade afirma que a professora era altamente competente, sobretudo, devido às condições da época, não puderam dar continuidade.

Gostava das aulas e atividades, a professora pegava muito no pé da gente e ensinava e era uma boa professora e todas as atividades eu entregava certinha porque a professora pegava muito no pé da gente, não deixava a gente sem fazer o devê, só saía depois que fazia o devê, não tinha o negócio da gente chegar e ir brincar, ficar batendo papo, não, a gente ia mesmo pra escola estudar. (Entrevistada Amara).

Diante do exposto, é notório a existência de escola e professor na comunidade, porém, não existia garantia de acesso para tal, considerando os diversos aspectos que atravessavam a vida dos moradores. O Estado foi ausente para com a comunidade, negando-lhe um direito que é assegurado por lei.

O descaso do governo em relação à realização efetiva de um sistema de educação pública concedia privilégios a uma reduzida parte da população composta pelas elites econômicas, desde o Período Colonial da história brasileira.(CARDOSO; MEDEIROS, 2019).

Na tentativa de barrar o analfabetismo no país, foi criado em 2002 o Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), este exame se constitui em uma prova realizada pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) para aquisição dos certificados do Ensino Fundamental e Médio.

Sobretudo, nem todos conseguem ter acesso a tal, principalmente pelo pouco domínio da leitura e escrita, além de provocar um grande déficit na Educação de Jovens e Adultos, retirando esses alunos da sala de aula e os fazendo conquistar um certificado sem terem o pleno domínio da leitura e escrita.

Todavia, pensando na realidade educacional da Comunidade Quilombola de Gavião, a melhor alternativa para as pessoas que desejam obter o certificado é realizando o exame, considerando que a escola não possui turmas para a EJA e nem iniciativas individuais para que esse público possa ter acesso a tal.

“Voltaria a estudar, mesmo não sabendo ler direito, mas eu voltaria, quando nada eu aprendia a fazer meu nome. Eu voltaria” (Entrevistada Adah).

A fala da entrevistada mostra o desejo que a mesma tem em poder estudar, algo que lhe foi negado a vida inteira, e ainda continua sendo, os governantes não dão prioridades para a modalidade da EJA, permitindo que turmas e escolas sejam fechadas e que mais pessoas não acessem a educação.

“A pessoa que não estuda não sabe resolver nada, tem que depender dos outros.” (Entrevistada Adelaide).

Nessa expressão, nota-se o sentimento de incapacidade gerado pelo não acesso à educação, estando sempre no lugar de dependência do outro pelas inúmeras limitações que a ausência da educação impôs, incluindo a leitura.

“Todos, ou quase todos, sabem que a alfabetização e a educação voltada aos adultos devem ir além da mera instrumentação de pessoas. Esta é uma prática fundamental para proporcionar acesso às condições que possibilitem a participação social e cultural. (ALVES, 2022, pág. 16).”

A educação é uma ferramenta de extrema importância na vida do indivíduo, é através dela que ele/ela consegue construir e se enxergar enquanto cidadão, enquanto ser social. O processo de alfabetização na EJA deve estar centrado nas necessidades dos estudantes, no saber-fazer e também no saber-ser, não estando somente focado em uma educação meramente instrucional. Conforme Araújo, (2008, pág. 194).

As práticas educativas instituídas em nossa sociedade se configuram, de modo predominante, como práticas instrucionais na proporção em que privilegiam a pragmaticidade e a funcionalidade vislumbrando a (in)formação técnica dos indivíduos para o exercício de suas funções profissionais, de seus papéis sociais.



Isto é, a prática de ensino centralizada na reprodução do conteúdo fundamentado na mediação do professor para o aluno, é apontada por Paulo Freire como uma educação bancária, na qual tende a ser de forma mecanizada e não através da partilha, da troca de saberes por meio da relação professor-aluno e aluno-professor.

O educando da EJA carrega consigo um histórico, uma bagagem de vida muito grande, e ambos devem estar presentes na sua formação. Para que o estudante da EJA se reconheça enquanto ser social é necessário trazer suas experiências de vida para dentro da sala de aula. Esse espaço de aprendizado precisa ser visto como um espelho para o estudante, é imprescindível que ele se veja enquanto sujeito de potencialidades.

Contudo, a realidade dos estudantes da EJA da Comunidade Quilombola de Gavião alcança um nível de complexidade ainda maior, em razão de não ter turmas para eles. O público que depende dessa modalidade para acessar a educação fica cada vez mais distante, diante da realidade educacional pela qual a comunidade vem vivenciando ao longo dos anos.

No momento em que todas as participantes da pesquisa afirmam que têm o desejo de retornar e/ou ingressar na escola, fica notório a falha que o poder público tem causado. Criar turmas para esse público é mais que uma obrigação enquanto dever do estado e direito do cidadão, é uma dívida histórica que o país tem para com essas pessoas, que mais uma vez tem tido os seus direitos negados/roubados.

Eu não tive incentivo e ainda agradecendo a Deus que minha mãe era uma mãe muito autoritária e ela incentivava muito, por ela eu até teria conseguido mais alguma coisa, mas era aquela história, que pai não fazia muita questão, e papai era uma pessoa muito inteligente, mas não fazia essa questão de passar uma boa inteligência pra gente, porque ele era inteligente, mas o aprendizado dele foi pouco também, então o interesse era roça mesmo e por aí foi se findando, torço de interesse nem meu nome hoje eu sabia fazer. (Entrevistada Dandara).

Percebe-se que existe uma questão muito forte de gênero presente na fala da entrevistada, pois mesmo que a autoridade da mãe fosse reconhecida pelos filhos, a última palavra era a do pai, o homem da casa. Isso era algo muito visível nas famílias daquela época, porque era a educação que eles tinham recebido dos pais, logo, passavam para seus filhos.

Senti muita dificuldade, porque eu queria continuar estudando mas não tinha possibilidade. Papai me tirou da escola por causa de uma farda, e olhe que minha farda tava boazinha, eu gostava tanto, que era uma saia azul marinho e blusa branca. Minha farda tava sanita, se é como hoje que ameniza as dificuldades, então eu tinha ficado na escola até adquirir meios de fazer outro fardamento, né, mas aí o professor falou que tinha que trocar de farda, mas não falou que precisava sair da escola. Papai logo disse “não tenho como comprar farda. Vamos sair da escola”. E foi essa a minha carreira. Aí pronto, depois que eu, é...continuei, eu falo da dificuldade por isso que depois que eu tomei entendimento eu queria tanto estudar aí eu comecei a lutar por eu mesmo, assim pegando um livro e procurando entender alguma coisa porque quando eu parei, eu já tinha estudado o abc e a cartilha, que significa o primeiro livro. As cartilhas de primeiro era como se fosse o primeiro livro de hoje, explicava a gente muita coisa, e aí eu já sabia fazer meu nome, mas sabe criança como é, desinteressado, e com pouco incentivo muito mais. Até que eu esqueci o que eu já sabia. Aí depois que meu irmão começou a estudar, chegava dentro de casa eu tinha tanto interesse que eu ficava atenta quando via ele com o livro na mão estudando. Aí como eu já sabia o abc todo, já tinha aprendido alguma coisa, eu ficava atenta quando via ele estudando, e aí eu pegava o livro dele, aonde ele tava lendo e ia juntando as letras pelos nomes que via ele falar, eu pegava naquele lugar que ele tava lendo e ia olhando as escrituras e anotando as letras e como eu já sabia o abc todo, eu ia juntando de letra em letra até que conseguia formar um nome e fui assim até que Deus ajudou que eu consegui o primeiro livro. (entrevistada Dandara).

Como traz a entrevistada em sua fala, a única função dela enquanto mulher era ser dona do lar. Essas pessoas ainda que não soubessem, a prática do machismo acontecia de forma enrustida, e devido ao nível de conhecimento destes, situações como essas passavam despercebidas e consideradas normais.

Em um dado momento ela afirma que o pai era um homem muito inteligente, mas não a permitia estudar, pois o seu lugar era na roça e devido ao fardamento que deveria ser trocado ela foi obrigada a deixar de estudar. Dandara era uma criança que precisou abrir mão da sua educação para trabalhar na agricultura. Em momento algum houve a intervenção do poder público para que ela permanecesse na escola e que sua família fosse assegurada.

Observa-se que o irmão de Dandara pôde estudar, vivendo dentro das mesmas condições econômicas que ela, e através do material de estudo dele que Dandara conseguiu aprender a juntar as palavras e conseqüentemente a lê-las.

Portanto, faz-se necessário estabelecer uma relação de gênero dentro das famílias daquela época, que proibiam as mulheres de viver por si só, estudar, trabalhar e dava toda a liberdade para o homem, pois o homem era sinônimo de líder, protetor, chefe do lar.

As mulheres antes da criação do movimento feminista em 1960 nos Estados Unidos, não possuíam liberdade para exercer sua cidadania, não tinham direito a coisas básicas, como educação, liberdade de expressão, dentre outros.

Até os dias de hoje é muito frequente a prática de atos machistas, é uma luta diária desconstruir pensamentos que coloca a mulher no lugar de inferioridade, principalmente se tratando de pessoas que já tem o machismo enraizado nas suas vivências e não permite se desconstruir.

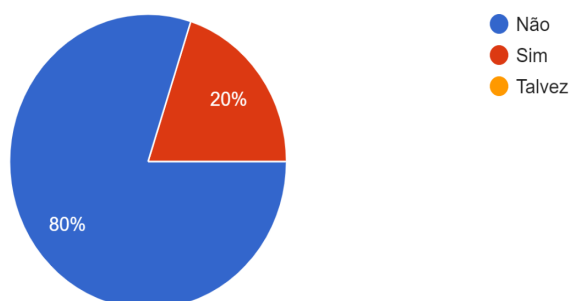
A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, desenvolvimento e paz, pelo que deveria ocorrer em todo mundo sem exceções. [...] Além disso, aumenta o grau de autonomia financeira e melhora o valor do trabalho feminino, contribuindo para empoderar a mulher dentro da família, elevar sua autoestima e o sentido de cidadania. (OLIVEIRA, 2022).

A igualdade de gênero beneficia a todos, considerando que as mulheres são excluídas do mundo político e econômico, por serem taxadas como inferiores e incapazes, e mesmo quando a mulher assume um cargo de poder, ela continua recebendo menos que o homem, pois existe todo um discurso de que a mulher trabalha menos e por isso deve receber menos.

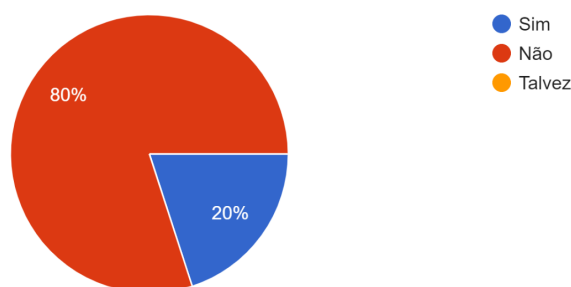
Para que essa realidade mude, a chave é a educação. Atualmente mais homens são educados, logo, mais homens têm oportunidades, enquanto as mulheres permanecem presas e sem exercerem os seus direitos enquanto cidadãs.

### Gráfico 3 - programas educacionais (TOPA)

Já participou de programas educacionais?  
5 respostas



Participou do Programa Todos Pela Educação (TOPA)?  
5 respostas



Outrora, a comunidade foi pleiteada com o programa do governo do Estado, TOPA. O objetivo era que as pessoas que não foram alfabetizadas no tempo regular pudessem estar acessando. Porém, nem todos da comunidade tiveram acesso a tal, o programa continha várias falhas, começando pelo docente responsável, não era um professor formado, apenas uma pessoa da comunidade com um grau de conhecimento mais elevado que os demais, e diante desse requisito, essa pessoa estava apta para tal função.

Ainda que tenha existido esse programa na comunidade, parte das entrevistadas relataram não terem participado.

“Particpei do TOPA, com um professor da própria comunidade.” (Entrevistada Adelaide).

“Nunca particpei de programas”.(Entrevistada Dandara).

No primeiro gráfico observa-se que apenas 20% das entrevistadas participaram de programas educacionais, enquanto 80% não. No segundo gráfico tem-se a mesma porcentagem de participação no Programa Todos Pela Alfabetização. Logo, conclui-se, que mesmo a comunidade no modo geral tenha sido contemplada com o programa, parte dos moradores que configuram a mesma não tiveram acesso, permanecendo no lugar de excluídos.

O direito à educação está assegurado pela Legislação Brasileira, presente na Constituição de 1988, bem como na lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e na lei 8.069/90 que assegura o direito da criança e do adolescente (ECA).

Portanto, faz-se tão necessário que a educação alcance a todos nas mais diversas modalidades de ensino da educação básica. A educação além de ser a ferramenta mais importante para a sobrevivência em sociedade é também a forma de garantir o direito social, econômico e político. A educação deve provocar e impulsionar o sujeito a ter plena capacidade do seu exercício enquanto cidadão.

Sobretudo, a educação não se limita apenas a responsabilidade da escola, existem outras esferas que também são responsáveis por ela, o compromisso e responsabilidade pela educação precisa ser compartilhada, para que assim haja um avanço significativo na educação do país, principalmente nos locais de difícil acesso, que acabam sendo esquecidos pelo poder público. Paini et al (2005, pag. 227) afirma que:

É preocupante essa grande quantidade de pessoas analfabetas, pois, no mundo globalizado em que vivemos, onde cada vez mais se exige das pessoas conhecimento social da leitura e da escrita, tem-se um contingente de pessoas com grande possibilidade de permanecerem excluídas das redes de comunicação. É necessária a implantação de políticas públicas que reduzam os efeitos dessa situação.

A EJA vivencia inúmeros desafios para se tornar um direito na vida dos jovens, adultos e idosos que não conseguiram se alfabetizar no tempo regular. Os motivos que perpassam por cada um são em suma muitas vezes semelhantes, e trazer esse direito para eles é uma forma de reparação histórica e social, é um direito que está sendo devolvido após anos de exclusão. É necessário a criação de políticas públicas que incluam-as e o aumento de programas educacionais que contemplem-as.

Outrora, o governo brasileiro estipulou uma faixa de dez anos para a erradicação do analfabetismo no Brasil (mesmo sabendo que era algo impossível) quando não se tem investimentos para tal. A criação de alguns programas não foram e não são suficientes para acabar com o analfabetismo quando não tem profissionais suficientes para a execução destes.

Quando uma estrutura socioeconômica, política e cultural é desigual e injusta, possivelmente, será a base da origem das causas históricas do analfabetismo. Estrutura essa manifestada no estado de pobreza e miséria, no qual vive a maioria dos habitantes. Combater o analfabetismo deveria constituir uma tarefa prioritária do Estado, pois exige combate à pobreza, a carência de serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura. (SATURNO, 2020, pag. 46).

O analfabetismo existente no Brasil está pautado nas grandes desigualdades de classe que existem, as pessoas de baixa renda em sua grande maioria não tem a opção de estudar e/ou trabalhar, são tarefas árduas que exigem muito do sujeito e se torna muitas vezes inviável de desenvolver. A longa estadia no trabalho, o cansaço físico e mental são alguns dos fatores que impossibilitam-as de retornar a escola. O Estado precisa enxergar o combate ao analfabetismo como uma tarefa de cunho importantíssimo. A ausência de educação provoca o afastamento do cidadão de inúmeros serviços, incluindo saúde e uma vida de qualidade. Os programas educacionais criados para o público da EJA em específico tendem a fracassar, como o exemplo do TOPA, pois se tratava em grande parte de uma política voltada para atender uma necessidade interna.

Em 1996, a Educação de Jovens e Adultos passa a fazer parte da Educação Básica, essa inclusão deve-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que reconheceu a educação como direito de todos. Contudo, apesar desse avanço é possível afirmar que nem todos tiveram acesso ao direito de aprender e quando esse direito se encontra acessível, não há garantia do sucesso escolar, mesmo para aqueles que se matricularam na escola, aprenderam a ler e escrever. (Saturno, 2020, pág. 50).

A Educação de Jovens e Adultos por muitas vezes vem a ser trabalhada focada apenas em ensinar a ler e escrever. Essas pessoas saem de um estado de analfabetismo total, para o analfabetismo funcional, onde ele lê mas não compreende o sentido da palavra. Quando o processo de alfabetização sai do lugar de decodificar para o lugar de compreender de forma crítica e criativa, pode-se afirmar que esse sujeito foi alfabetizado.

A EJA ainda nos dias atuais é uma modalidade de ensino desconhecida ou pouco falada nas comunidades. É primordial que a população que tivera o seu direito negado venha a conhecer as políticas de acesso à educação, o Estado tem o dever de apresentar e provocar nas pessoas o desejo de conhecer.

Ampliar a oferta de alfabetização é fundamental para melhorar os indicadores sociais. Por isso, é essencial que governantes, gestores públicos, empresários, movimentos sociais e sindicais, lideranças comunitárias, estudantes e voluntários estejam unidos pelo TOPA. Afinal, é quando todo mundo topa que a mudança acontece de verdade. (Governo do Estado da Bahia, 2007).

O Todos Pela Alfabetização foi um dos programas de alfabetização que conseguiu adentrar a Comunidade Quilombola de Gavião, o mesmo tinha como objetivo garantir uma educação de qualidade, pautada na dignidade e esperança para as famílias. O programa conseguiu atingir cerca de um milhão de pessoas no Estado da Bahia desde a sua criação.

Todavia, não se pode considerar um número significativo, levando em consideração o número de habitantes que há em todo o estado. A Bahia possui de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 15 milhões de habitantes, logo, nem um terço da população foi pleiteada com o programa, o que significa que mais da metade da população que não tinha acesso a educação permaneceram nesse lugar de excluído no qual foi posto pelo poder público.

O TOPA tinha uma proposta parecida com o Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo Ministério da Educação, em 2003. O PBA foi criado com o intuito de diminuir o alto índice de analfabetismo no Brasil, visando a garantia e continuidade dos estudos das pessoas não alfabetizadas.

O PBA quando criado, tinha como objetivo central:

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.(MEC).

No entanto, o Brasil não conseguiu cumprir com a estimativa proposta, que era erradicar o analfabetismo em dez anos através dos programas criados. Desde

então, o país permanece com um índice alarmante de pessoas não alfabetizadas e sem condições e oportunidades de mudarem essa realidade.

### **3.2.1 Resultados finais**

A partir dos dados coletados através dos resultados da entrevista, que compõem a natureza da pesquisa, qualitativa, ficou evidente a causa do alto índice de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental 1 pela geração mais velha da comunidade.

As entrevistadas revelaram que em tempos remotos o que lhes impossibilitou de estudar era a condição financeira da família, onde as mesmas eram submetidas a trabalharem na agricultura como forma de contribuir no sustento da casa.

Atualmente, a barreira que existe entre essas pessoas e a educação é a ausência de turmas para EJA na comunidade. Ambas anseiam em estudar, mas se deparam com as barreiras de exclusão que as cercam mais uma vez.

A escola que existe na comunidade não possui estrutura física para receber os estudantes, além do grande déficit no quadro de profissionais da educação para atuar com o referido público.

## **4. Considerações finais**

O objetivo do presente trabalho, integralmente atingido, foi descobrir o que estava provocando o alto índice de analfabetismo pela geração mais velha na Comunidade Quilombola de Gavião.

A pesquisa aconteceu através de uma entrevista semi estruturada e aplicada com o intuito de identificar as reais causas do analfabetismo dentro da comunidade por essa geração.

Para a realização do trabalho foi desenvolvida uma pesquisa com cinco mulheres da comunidade, sendo duas não alfabetizadas e três que não concluíram o Ensino Fundamental I. O instrumento de coleta de dados utilizado revelou-se amplamente apropriado para tal, onde foi possível cumprir com os objetivos



propostos. Os autores trabalhados foram extremamente importantes para a consolidação do trabalho.

Foi de suma importância trabalhar com este tema, em razão da Educação de Jovens e Adultos está cada vez mais sendo destruída e pouco investida. A EJA na Comunidade Quilombola de Gavião é um ponto pouco discutido, mesmo a comunidade possuindo esse direito.

Foi perceptível que os motivos que as participantes revelaram para não terem dado início e/ou continuidade aos estudos são parecidos e que ambas acreditam serem os únicos. Todas ainda crianças foram obrigadas pelo sistema falho a abrirem mão de algo fundamental para a socialização e inserção na sociedade. Nas falas descritas, ambas demonstraram interesse em voltar para a escola, e em razão disso, podemos chegar a conclusão que ainda é possível, mesmo que de forma tardia, devolver a essas pessoas o que lhe foi retirado.

A Comunidade Quilombola de Gavião, ainda que com o crescimento de jovens nas universidades e empregados, continua com uma carência muito grande de políticas públicas inclusivas, onde esses jovens não precisem abandonar seu quilombo em busca de oportunidades de sobrevivência, principalmente a educação.

A mesma, na escola onde é ofertado pré-escola e os quatro anos do EF I não possui uma educação voltada para a realidade e cultura dos quilombolas, os professores que atuam na mesma não possuem formação continuada para a educação escolar quilombola, dentre outros fatores que atravessam a comunidade.

É primordial que a escola trabalhe com a lei 10.639/03 que obriga o ensino da cultura africana e afrobrasileira nas salas de aulas, pois, é impossível falar de quilombos sem falar de África.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola tem o poder de nortear esse professor no seu exercício, por essa razão, faz-se tão necessário que os professores atuantes busquem métodos que trabalhem diretamente a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano. Cabe ao professor/a melhorar a sua prática pedagógica e metodológica, se inteirando com o contexto da educação escolar quilombola, levando em consideração o público que estará sendo atendido, para que assim, possam estar promovendo uma constante troca de conhecimentos entre ambiente de vida, trabalho

e escola dos alunos. Essa prática precisa, deve acontecer também nas escolas que recebem alunos oriundos de comunidades remanescentes de quilombos.

Diante desse cenário, a abertura de turmas de EJA na comunidade citada barraria o crescimento acelerado de analfabetismo e não conclusão do EF I, além de colaborar com uma maior socialização e inserção desse público na sociedade, combatendo de forma aligeirada o desemprego, já que muitos moradores não conseguem ser empregados pelas empresas devido ao nível de escolaridade.

## Referências bibliográficas

ALVES, Gabriella. **Mulheres fora de série: A alfabetização e o retorno à escola depois dos 40.**

ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. **Os sentidos da sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar.** Salvador: EDUFBA, 2008.

ARAÚJO, Renato. **ZUMBI DOS PALMARES.** Museu afro Brasil. 2015.

BAHIA, Governo do Estado. **Todos Pela Alfabetização.** Salvador, 2007. Disponível em:

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/todos-pela-alfabetizacao>.

BRASIL, Educa Mais. **QUILOMBOS.** 2019/2020. Disponível em:

<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/quilombos>

CARDOSO, Marcélia; MEDEIROS, Mariana. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: De direito ao descaso.** Revista Gestão Universitária, 2019.

CNE/CEB, Parecer. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília, 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/programamaiseducacao/323-secretarias>

CNE/CEB, Resolução. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília, 2012. Disponível em:

CNE/CP Nº 01 DE 2004. **Educação para as relações étnico-raciais.** Brasília, 2013. Disponível em: [Étnico-Racial - Resolução CNE/CP nº 01 de 2004 - 9 anos \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 11/02/22.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 17. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GOMES, N. L. **Educação e identidade negra. Revista Aletria: alteridades em questão.** Belo Horizonte, v. 6, no, p. 39, dez. 2003.

Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas: **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, 2013. Disponível em: [FINAL CAPA 180 x 255.indd](#) ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 21/02/2022.

<http://m.sabedoriapolitica.com.br/products/pedagogia-do-oprimido-resenha-critica/>

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes\\_nacionais\\_educacao\\_escolar\\_quilombola.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf)

LOPES, Maria. **Educação Escolar Quilombola.** MEC. Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 30/01/2022

LOPES, Maria. **Educação para as relações étnico-raciais: Educação Escolar Quilombola.** MEC. 2018.

MALHOTRA et al.,. **Introdução a Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Pearson

Prentice Hall, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Bárbara. C, RUBIO, Juliana A. S. **O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 3 – nº 1 - 2012.

MATUOKA, Ingrid. **Educação quilombola: como as escolas incorporam os saberes do território?**. CULTURA - PARTICIPAÇÃO SOCIAL - TERRITÓRIO EDUCATIVO, 2018. Disponível em: [Educação quilombola: como as escolas incorporam os saberes do território? - Portal Aprendiz \(uol.com.br\)](#) Acesso em: 30/01/2022.

MEC. **Educação Quilombola - Apresentação.** Disponível em: [Educação Quilombola - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 30/01/2022

MEC. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores.** Brasília, 2011.

MEC. **Programa Brasil Alfabetizado.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>.

Miranda, S. A. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

MOURA, Clóvis. **Quilombos, Resistência ao escravismo.** Expressão Popular, São Paulo, 2020.

NUNES, Georgina. **Alfabetização de adultos e idosos a partir de um lugarejo quilombola**. Revista eletrônica de educação, 2019.

OLIVEIRA, Darcicleia. **Quilombos**. Educa mais Brasil. 2019.

---

OLIVEIRA, Francisco Ribeiro. **No âmbito da disciplina de filosofia foi nos solicitado a elaboração de um ensaio filosófico alusivo à temática optada previamente**. 2022. Disponível em: [No Âmbito Da Disciplina de Filosofia Foi Nos Solicitado A Elaboração de Um Ensaio Filosófico Alusivo À Temática Optada Previamente | PDF | Gênero | Estudos de Gênero \(scribd.com\)](#)

OLIVEIRA, Marta. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Caxambu, 1999.

PAINI, L. D et al. **Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil**. In: Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá: v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

[Pedagogia do Oprimido: 6 ideias de Paulo Freire - Psicanálise Clínica \(psicanálise clínica.com\)](#)

[Pesquisa qualitativa: o que é, tipos e como fazer - Significados](#)

PIERRO, JOIA, RIBEIRO. **Visões da educação de jovens e adultos no brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

SATURNO, Rosimeire de Oliveira. **Alfabetização de Jovens e Adultos: O Programa TOPA como fator de ascensão social no município de Candeias - Bahia**. Assunção/Paraguai, 2020.

SILVA, André. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: uma luta em construção**. Revista de Ciências Sociais, nº 48, janeiro/junho, 2018, p.

115-128.

Trecho de: **“Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa”** de Miguel G. Arroyo. Scribd. Leia esse livro no Scribd: <https://www.scribd.com/book/405838225>.

## **Anexo 1**

Nome

-

Idade

-

Profissão

-

Filhos

-

Estado civil

-

Gênero

-

Raça

-

Escolaridade

-

1- Conseguiu se alfabetizar?

-

2- Tem vontade de estudar?

-

3- Quais motivos levaram você a não estudar?

-

4- Existia escola na comunidade quando você era jovem?

-

5- Onde as pessoas desse período estudavam?

-

6- Existia professor na comunidade?

-

7- Se a escola da comunidade abrisse turmas da EJA você se matricularia? Porque?



-

8- Você acredita que o não acesso à educação lhe impossibilitou de acessar algumas coisas durante a sua vida?

-

9- Sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito por não ser alfabetizado? Como se sente/sentiu?

-

10- Quais são as dificuldades enfrentadas por você devido ao não acesso à educação?

## **Anexo 2**

\*Obrigatório

Nome (fictício)

Idade

Tem filhos?

( ) Sim

( ) Não

Estado civil

( ) Solteiro(a)

( ) Casado(a)

( ) Divorciado(a)

( ) Viúvo(a)

( ) União estável

## Gênero

Heterossexual

Bissexual

Transexual

Outro:

## raça

Negra

Branca

Parda

Indígena

## Profissão

## Escolaridade

Ensino Fundamental 1 completo (antiga 4º série)

Ensino Fundamental 1 incompleto

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Não alfabetizado

## Já participou de programas educacionais?

Não

Sim

Talvez

Quais as dificuldades para se alfabetizar?\*

Conseguiu se alfabetizar?

Sim

Não

Talvez

Participou do Programa Todos Pela Educação (TOPA)?

Sim

Não

Talvez

Se a resposta anterior foi sim, como eram os materiais didáticos utilizados?

Conseguia acompanhar a metodologia do professor?

Sim

Não

Como eram as aulas?

A escola era próxima da comunidade?

Sim

Não

Talvez

Como era o deslocamento até a escola?

Em qual turno aconteciam as aulas?

Tarde

Noite

Manhã

Quais foram os motivos que o afastou da escola?

Tem vontade de voltar a estudar? Por que?

Você acredita que o acesso limitado à educação lhe impossibilitou de acessar algumas coisas durante a sua vida?

Sim

Não

Talvez

Quais são as dificuldades enfrentadas por você devido ao acesso limitado à educação?